

SILO DAS ARTES

Estudos teóricos e analíticos

Acadêmico: Mauricio Goldschmidt Labes

Orientação: Karine Daufenbach



“Eu havia cruzado um labirinto, mas a nítida Cidade dos Imortais me atemorizou e repugnou. Um labirinto é uma casa edificada para confundir os homens; sua arquitetura, pródiga em simetrias, está subordinada a esse fim. No palácio que imperfeitamente explorei, a arquitetura carecia de fim. Abundavam o corredor sem saída, a alta janela inalcançável, a aparatosa porta que dava para uma cela ou para um poço, as inacreditáveis escadas inversas, com os degraus e a balaustrada para baixo. Outras, aderidas aereamente ao costado de um muro monumental, morriam sem chegar a nenhuma parte, no fim de dois ou três giros, na treva superior das cúpulas. Ignoro se todos os exemplos que enumerei são literais; sei que durante muitos anos infestaram meus pesadelos; já não posso saber se esse ou aquele traço é transcrição da realidade ou das formas que desatinaram minhas noites.”

(BORGES, Jorge Luis. *O Imortal*, 1946)

Sumário

APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	3
INTRODUÇÃO	4
O OBJETO DE ESTUDO E A CIDADE.....	5
APRESENTAÇÃO DO OBJETO	5
SURGIMENTO E EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE CHAPECÓ ...	6
HISTÓRICO, LOCALIZAÇÃO E MATERIALIDADE ORIGINAL DO COMPLEXO	12
O INTERESSE CULTURAL	16
ESTUDOS TEÓRICOS.....	18
MEMÓRIA COMO PRESERVAÇÃO	18
DO MONUMENTO AO PATRIMÔNIO.....	20
PATRIMÔNIO: VALOR E AUTENTICIDADE	22
A INDÚSTRIA COMO <i>DESIGN</i> NA ARQUITETURA.....	25
DA INDÚSTRIA AO PATRIMÔNIO.....	27
A INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	30
O BRASIL FRENTE AO PATRIMÔNIO.....	34
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NACIONAL.....	37
ESTUDO DE CASO.....	40
THE FACTORY – RICARDO BOFILL.....	40
CONJUNTO KKKK – BRASIL ARQUITETURA	43
FROSILOS, RESIDÊNCIA GEMINI – MVRDV.....	48
CONCLUSÃO.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	53

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Ao passar por incontáveis vezes pela Avenida Getúlio Vargas, a principal de minha cidade natal, Chapecó, sempre me questioneei sobre o que era a grande estrutura cilíndrica de concreto que se levantava de forma imponente na paisagem urbana. Como resposta, fiquei sabendo que se tratava de um sistema de armazenamento de grãos, chamado silo, que há alguns anos se encontrava abandonado. Perguntei-me ainda como seria possível tamanha estrutura estar inserida na veia central da cidade e não possuir uso algum.

Lembro que tal inquietação acabou por ganhar novas proporções a respeito da construção de objetos urbanos e sua relação com a cidade. Talvez inconscientemente todo este cenário e minha constatação de insatisfação em não entender a complexidade das relações urbanas tenham me guiado a estudar Arquitetura e Urbanismo.

O que antes me instigava a imaginar novos objetos arquitetônicos, e realço aqui a influência de nosso curso em nos colocar frente a situações que nos fazem projetar edifícios a partir de terrenos vazios, passou a dar lugar ao questionamento acerca da real necessidade de se planejar algo inteiramente e materialmente novo para a cidade. A reflexão memorial sobre a espacialidade parecia escapar de minhas mãos conforme avançava no curso.

Foi quando a antiga inquietação sobre o que significavam aqueles dois cilindros de concreto voltou a fazer sentido, agora com novos olhos, em relação a uma problemática convergente à reutilização e não mais a construção, despertando uma enorme vontade de entender a significância memorial construída com o tempo entre a arquitetura e as pessoas.

Isso se traduz na elaboração deste trabalho, assim como a enorme satisfação em destrinchar um campo patrimonial ligado à indústria que passou a me fascinar cada vez mais. Foram nas bases teóricas sobre estudos memoriais, patrimoniais, patrimoniais industriais, na análise de casos e no estudo da cidade de Chapecó que consegui discernir com clareza qual objetivo iria traçar durante a elaboração do seguinte trabalho e posterior projeto de intervenção. Durante todo este processo uma citação de Françoise Choay (1992 [2011], p.17) me era muito recorrente, a qual segue:

“A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de ação sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente.”

“... fazendo-o vibrar a maneira do presente” é o que dá a tônica de todas minhas indagações a respeito de como lidar com o patrimônio atualmente. Como trazer uma certa realidade de outrora às necessidades atuais, enaltecendo um corpo físico tão representativo para a cidade, resignificando seu espaço urbano?

INTRODUÇÃO

Partindo da escolha do objeto de estudo e do interesse despertado em desmembrar teoricamente quais conceitos apontam para um melhor entendimento da valia de uma preexistência urbana, o trabalho de TCC1 a ser apresentado busca seguir uma linha de raciocínio que afirme a importância analítica dos bens materiais industriais que formam a memória da sociedade frente ao espaço da cidade.

O local de estudo é identificado no município de Chapecó no estado de Santa Catarina. Seu crescimento e formação urbana serão explanadas como forma de apoio para o entendimento da formação cultural do município. É por meio de tal estudo que se pode identificar quais aspectos sócio culturais permeiam a urbanidade do local e como seu crescimento interferiu nas dinâmicas territoriais.

A escolha do objeto de análise, nomeadamente identificado na antiga fábrica "Rações Barriga Verde", localizado no centro do município, é justificada pelo mesmo exercer um importante papel emblemático e histórico na conformação da cidade. Um símbolo agroindustrial e paisagístico que enfatiza as raízes econômicas da cidade e possui grande relevância até os dias de hoje.

Ao estudar um espaço industrial com forte caráter memorial para a cidade, adentra-se ao tema do patrimônio industrial, configurado como uma das novas vertentes dos estudos patrimoniais pertencentes à abrangência do termo durante a segunda metade do século XX. Esclarecer o processo de ampliação da significância do termo é essencial para gerar bases de consolidação à argumentação reflexiva que defende a proteção da herança industrial em foco.

Discutir-se-á também as formas de intervenção nos espaços industriais obsoletos das cidades, analisando casos específicos, abrindo assim o leque de possibilidades de adaptação de novos programas. Analisar-se-á o caso específico brasileiro, de tardia industrialização, e o atraso relativo à compreensão preservativa de exemplares da herança industrial, para que desta forma, possa se compreender e regionalizar a problemática.

Para completar o ciclo reflexivo analítico apresentado, a especulação sobre proposições de reconversão para o complexo industrial estudado serve para instigar o posterior processo projetual a ser executado no TCC2. Apontar-se-á diretrizes e possibilidades incomuns que aproveitem o potencial espacial do local e dotem a cidade de espaços voltados à memória e a percepção sensorial do meio que nos rodeia.

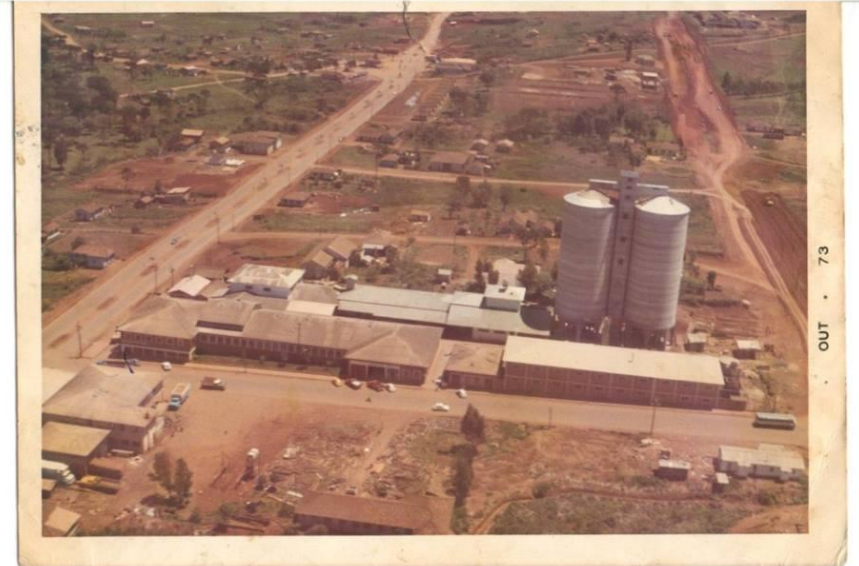
O OBJETO DE ESTUDO E A CIDADE

APRESENTAÇÃO DO OBJETO

Localizado na principal avenida da cidade, o antigo complexo fabril de produção de óleo de soja com obras finalizadas em 1973, teve um breve período de funcionamento. Sua implantação no centro da cidade é uma marca paisagística de muita importância no que diz respeito ao intuito de se construir um grande sistema de produção no centro urbano, enfatizando desta forma, a importância da agroindústria no crescimento da cidade.

A antiga fábrica, chamada de “Rações Barriga Verde” foi inteiramente financiada pelo capital privado da família Baratieri (tradicional família empreendedora chapecoense) e construída por uma empresa de engenharia de São Paulo chamada Oltec. Foram construídos equipamentos que tomavam grande parte da totalidade da quadra, com diferentes tipologias construtivas e funcionais, abrigando um programa de produção com uma lógica de circulação específica, analisada posteriormente no trabalho.

Entre os objetos arquitetônicos edificados para o espaço de produção, os dois silos de concreto armado de 43m de altura são, até hoje, um marco paisagístico na área central. A monumentalidade do equipamento instalado para os parâmetros da década de 1970 causou um grande alarde em todo o município, representando para o futuro trabalho, o foco do ato intervencionista.



O complexo fabril após sua construção, 1973. FONTE: acervo pessoal de Ledi Baratieri.

O entendimento da formação urbana da cidade de Chapecó, assim como seu crescimento são essenciais para que se compreenda a validação do objeto estudado como parte integrante de seu patrimônio edificado. A análise de sua relação com as mudanças territoriais no decorrer das décadas buscará validar sua autenticidade como herança industrial, reafirmando assim, o peso da temática para a formação sócio cultural do meio urbano.

SURCIMENTO E EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE CHAPECÓ

Chapecó localiza-se na região oeste do estado de Santa Catarina sendo a maior cidade desta região, tanto em termos populacionais quanto de influência econômica. Seu desenvolvimento urbano ilustra uma história permeada pelos avanços da agroindústria, pelo ideal de planejamento urbano desenvolvimentista presente na época de sua formação e pela constante mudança do uso do solo, fator que molda uma urbanidade particular e possui reflexos a serem analisados com mais profundidade.

Seu surgimento data de 1917 quando a cidade ocupava uma área de 14.053Km² e abrangia o que é hoje a região Oeste Catarinense na sua totalidade. Sua sede mudou várias vezes de localização entre 1917 e 1931, até que por motivos políticos e econômicos passou para a localidade de Passo dos Índios (BELLANI, 1990), na atual Chapecó. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010 Chapecó possuía 183.561 habitantes, desses 91,6% vivendo na cidade. A área do município hoje em dia é de 625,4 Km².

É importante ressaltar que o poder político chapecoense, desde a criação do município até por volta dos anos 1950, caracterizou-se por um forte mandonismo¹, que se identifica com aspectos do coronelismo brasileiro, isso se deve ao fato de que a política local esteve, na maioria do tempo, nas mãos de coronéis e pessoas sob suas influências.

¹ Mandonismo é um brasileirismo, usado em ciência política, filosofia e sociologia, para definir uma das características do exercício do poder por estruturas oligárquicas e personalizadas. Historicamente o mandonismo está presente no Brasil desde os primórdios da colonização como caractere da política tradicional, com tendência a desaparecer à medida que as conquistas da cidadania avançam.



MAPA 1: Localização e perímetro urbano da cidade de Chapecó. FONTE: Google Earth

A partir da década de 1920, com a chegada da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. estabelece-se um padrão de ocupação que vai enfraquecendo aos poucos o antigo mandonismo local, que era conhecido pela exploração dos recursos da terra, fortalecendo esse novo grupo (empresas colonizadoras) que se dedicavam ao comércio da madeira e da terra.

Foi no ano de 1931, com sede devidamente instalada que a cidade recebeu seu primeiro projeto de planejamento urbano (realizado pela Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia.). O projeto desenha o traçado da cidade em malha xadrez, com cruzamentos ortogonais e avenidas largas, passando para o imigrante a visão de uma cidade planejado para o futuro. Essa formação urbana segue o pensamento desenvolvimentista nacional da época (Getúlio Vargas e a revolução de 30), evidenciando características do crescente movimento Moderno (quadro nacional), que por sua vez partilhava desta premissa de cunho nacionalista. Assim, dentro deste conceito, a proposta urbana emergente molda a figura da cidade de modo a seguir vanguardas progressistas de planejamento, voltadas a uma nova configuração urbana, pressupondo no decorrer das seguintes décadas (principalmente a partir de 1950), a transformação dos lotes, antes rurais (subsistência), a parcelas de caráter mais definido (comerciais, residenciais, industriais).

O cenário da formação do traçado urbano e o início do crescimento da cidade são de fundamental importância para que se entenda o debate

atual em relação à alienação das pessoas frente ao espaço da cidade. Chapecó é um exemplo vivo de como os pensamentos das épocas desenvolvimentistas levaram a uma configuração muitas vezes excludente social e territorialmente, assunto que será debatido no andamento do trabalho e que será um pilar fundamental a respeito das escolhas projetuais a serem tomadas futuramente.



A cidade no ano de 1940. FONTE: acervo pessoal de Arley Serrano.

Pela tênue conexão da região ao restante do estado por problemas de infraestrutura, na primeira metade do século XX, a cultura de subsistência se estabeleceu no meio urbano e um novo perfil socioeconômico começou a se delinear baseado na produção de excedentes. Este isolamento dos centros de comercialização e a diversidade produtiva das propriedades, atreladas a necessidade crescente dos imigrantes, (italianos e alemães, principalmente provenientes do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e litoral de Santa Catarina) obrigou-os a transformar seus produtos, fomentando o importante ciclo da agro industrialização dos anos seguintes.

Na década de 1950 a instalação dos primeiros frigoríficos para abate na região, como a Sadia, a Perdigão, a Chapecó Industrial e a Cooperativa Central Oeste Catarinense, mudaram radicalmente a economia da cidade, assim como sua paisagem (o nascimento de uma paisagem industrial no meio urbano muda o uso do solo e molda uma nova dinâmica espacial). Com a chegada da década de 1960, a formalização destas estruturas ganha ainda mais força e mais conectividade com outros estados a partir da construção de várias rodovias interestaduais, indicando o rumo rodoviarista do crescimento que a cidade tomaria.

Com estas mudanças na cidade, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo crescimento populacional exacerbado, como ocorreu contemporaneamente com o processo de urbanização brasileiro. Nesse período houve uma inversão quanto ao local de moradia dos habitantes; da área rural para a urbana. Rech (2008) afirma que o número de pessoas empregadas no setor alimentício aumentou entre 1970 e 1980 mais de quatro vezes. Nestas décadas, de uma população de 50.117 habitantes, em 1970, o município passou para 83.864 habitantes em 1980.

Em 1974, o então prefeito Altair Wagner (1973-1977), cria o Plano de Desenvolvimento Territorial de Chapecó, tido como primeiro Plano Diretor da cidade. Com visão futurista de longo prazo este plano projetava vias para quando a cidade chegasse a 300.000 habitantes. Claramente pautada ainda na ideia desenvolvimentista, o plano mirava nas bases capitalistas de crescimento econômico e continuava a negligenciar os problemas

sócio territoriais que ganhavam força na cidade, como percebe-se em trecho do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Chapecó:

Recentemente, contudo, esta situação vem sendo modificada. O impulso desenvolvimentista, que vem conhecendo o Oeste Catarinense, veio fazer com que Chapecó se tornasse polo de uma região com altas potencialidades e, conseqüentemente, fosse alvo de investimentos diversos. Estes se traduzem através da dinamização do setor primário (inovações técnicas ligadas à suinocultura), da implantação de novas indústrias (Sadia Avícola, Extrafinos S/A e outras) e de uma série de equipamentos e serviços de natureza administrativa, social e cultural, de interesse regional: Secretaria do Oeste, Hospital Psiquiátrico, Penitenciária Agrícola, Universidade do Oeste, dentre outros. Todos esses investimentos podem ser considerados como importantes fatores modificadores do crescimento físico e da atuação funcional de Chapecó, desde que considerados sua localização e o poder de atração que vão exercer sobre as populações regionais (CHAPECÓ, 1974, p. 32).



Chapecó na década de 1960, fotografia aérea. Destaque para a dimensão da Avenida central Getúlio Vargas. Fonte: acervo pessoal de Victorino Zolet.



Chapecó na década de 1970. Nota-se uma maior massificação das edificações no centro da cidade. FONTE: acervo pessoal de Arley Serrano.

Com o grande crescimento populacional no setor urbano, o êxodo rural encabeça uma série de insuficiências na cidade moldando um panorama de exclusão social muito grande. Novas áreas longínquas ao centro começaram a ser habitadas de forma precária e não planejada, apoiando-se na criação de um novo distrito industrial (bairro Efapi). Destaca-se aqui o caso do objeto de estudo que teve sua implantação no centro da cidade no começo da década de 1970, e que no final da década de 1980 entrou em desuso, justamente por pertencer a este período de transição do cenário urbano que trazia características de uso residencial e comercial para o centro, onde as estruturas industriais começavam a trazer inúmeros problemas de salubridade.

A década de 1990 marcou a consolidação do setor terciário da

economia. O comércio cresce frente a necessidade de atender a população e a cena urbana do centro da cidade se molda ao que vemos existir hoje. O uso misto residencial e comercial das edificações da Avenida Getúlio Vargas dão à cidade uma dinâmica singular, o que gera movimentação de pessoas em todos os períodos do dia, motivo que ajuda a justificar a qualidade de vida na área central da cidade. Porém esta consolidação possui um viés problemático muito grande ligado à especulação imobiliária e ao completo descaso aos problemas sócio territoriais que a cidade vinha enfrentando. A construção civil vive um momento autossuficiente e os gabaritos começam a crescer dentro do perímetro urbano.



Chapecó no final da década de 1980. Circulados os dois equipamentos industriais do centro da cidade que marcam a paisagem urbana (em laranja os silos do objeto de estudo e em azul os silos metálicos da Aurora). Fonte: acervo pessoal de Arley Serrano.

A massificação de edificações veio a gerar um fechamento de quadra, engessando o cenário urbano. Entendido como “fechamento de quadra” têm-se a divisão dos lotes no passar do tempo, ou seja, a ocupação de suas bordas e seu conseqüente fechamento interno. Por ser uma cidade planejada dentro das bases desenvolvimentistas explicadas anteriormente, este fenômeno já era previsto, porém, antigamente pela existência de espaços livres nas glebas, e também pelas diferentes formas de uso do solo, a permeabilidade interna não possuía tamanha rigidez visual. Existia, desta forma, uma maior sensação de amplitude e de percepção do espaço urbano em maior escala. Porém no cenário atual, a ocupação praticamente inteiriça do perímetro das quadras fecha o ângulo de visualização da cidade, dificultando a orientação por meio de referenciais urbanos.

O segundo Plano Diretor (Plano Diretor Físico Territorial) de Chapecó, normatizado pela Lei complementar nº 04, de 31/05/1990, que conforme Zeni (2007), apresentou os códigos de: diretrizes urbanísticas, posturas relativas ao meio ambiente, parcelamento do solo urbano, sistema viário, zoneamento e código de obras, representou um início às preocupações ambientais da cidade. Ainda sobre o espaço geográfico urbano, neste período, Zeni (2007, p.40) escreve que:

Os fatores mais importantes neste ambiente urbano foram os impactos ambientais junto às bacias hidrográficas que estão associados, principalmente, à impermeabilização do solo, tais como: a retirada da vegetação, falta de áreas públicas de lazer, áreas verdes com esse fim, traçado de ruas em forma de tabuleiros, ou seja, xadrez, causando assoreamento de sedimentos, canalização dos córregos centrais, soterramento das nascentes e cursos d'água através do movimento do solo.

Por mais que problemas ambientais e de parcelamento do solo tenham sido pauta neste plano diretor, a ausência da participação pública na formatação destes documentos já se tornava evidente, assim como em várias situações no cenário nacional (sobre a problemática das discussões sobre a participação popular na formação dos planos diretores). Foi com o amparo do Estatuto da cidade, em 2004, quando apresentou-se o primeiro Plano Diretor que contou com a participação popular.

O documento pôde ser considerado um avanço no que diz respeito a preocupação em relação ao uso do solo e a exclusão sócio territorial, porém, em 2007 uma polêmica revisão deste plano acabou por diminuir todos os parâmetros urbanísticos que visavam alguma proteção nas áreas de interesse ambiental, denotando a prevalência dos interesses associados ao mercado de capitais imobiliários. A constante aprovação de novos loteamentos nos primeiros anos do século XXI ainda davam às costas aos problemas de distribuição territorial de habitação na cidade. Os entraves a respeito das melhorias ambientais e sociais acabaram sendo abafados pelos interesses privados do setor do agronegócio, enquanto a população continuava crescendo em ritmo acelerado e a ocupação na área urbana inflando com o passar dos anos.

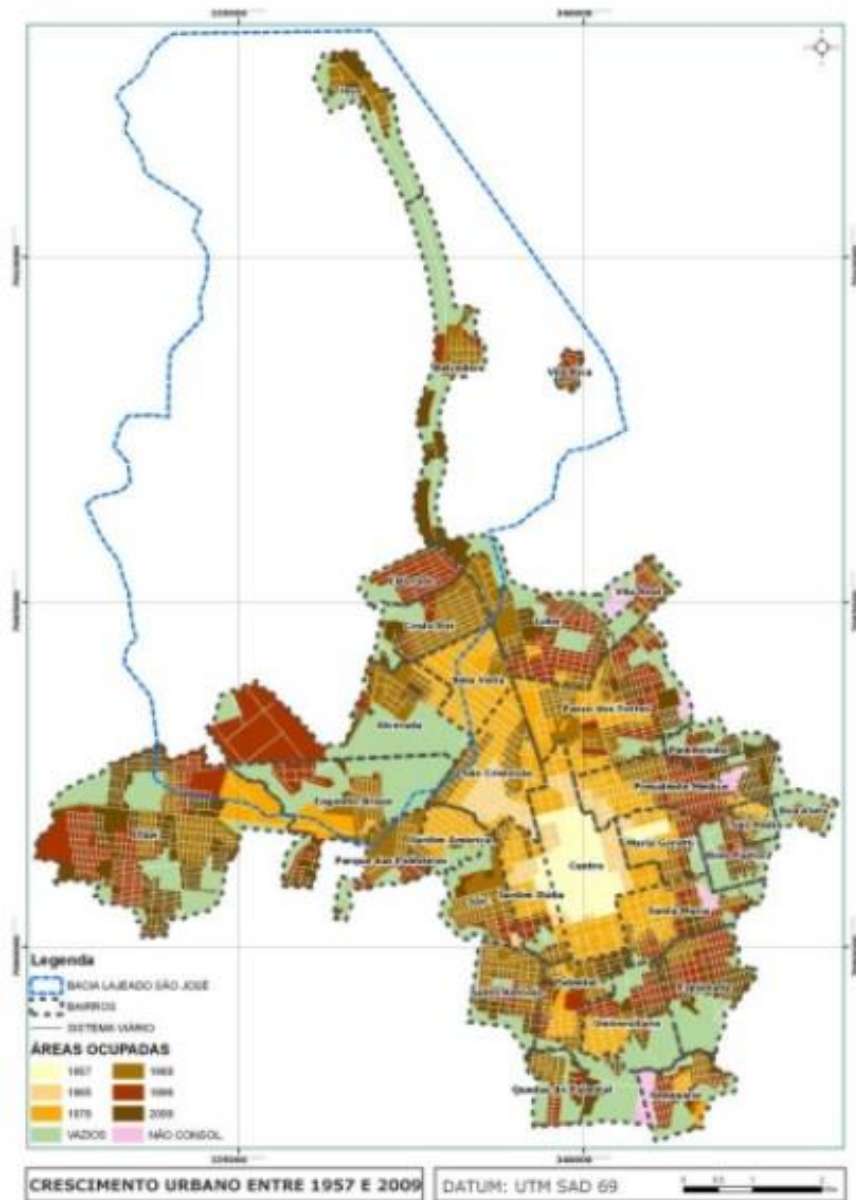
Tendo em vista o histórico de formação da cidade, suas bases econômicas e sua relação com a agroindústria, pode-se traçar um perfil muito atrelado ao capital de mercado como condutor dos rumos urbanísticos, sendo estes sobressalentes à interesses voltados a áreas culturais e de resgate de memória, por exemplo.

Tal mentalidade também leva a uma cultura de demolição e construção que releva a importância destes aspectos, aliados às políticas preservacionistas desfalcadas do município. Objetos arquitetônicos remanescentes dos períodos de crescimento da cidade possuem grande potencial de exploração para dinamização do espaço urbano. Faz-se imperial a necessidade de rememorar tradições culturais usando espaços do passado para novos usos do presente, reconvertendo-os de maneira sensível e justificada.



Chapecó atualmente. Fonte: todosobrechapecó.net

O mapa a seguir indica como a mancha urbana aumentou no decorrer das décadas de 1950 e 2010, auxiliando a entender a lógica expansionista do município. Destaque para o setor oeste da cidade e o bairro Efapi (distrito industrial e universitário) que configura o setor de maior crescimento urbano nas últimas décadas.

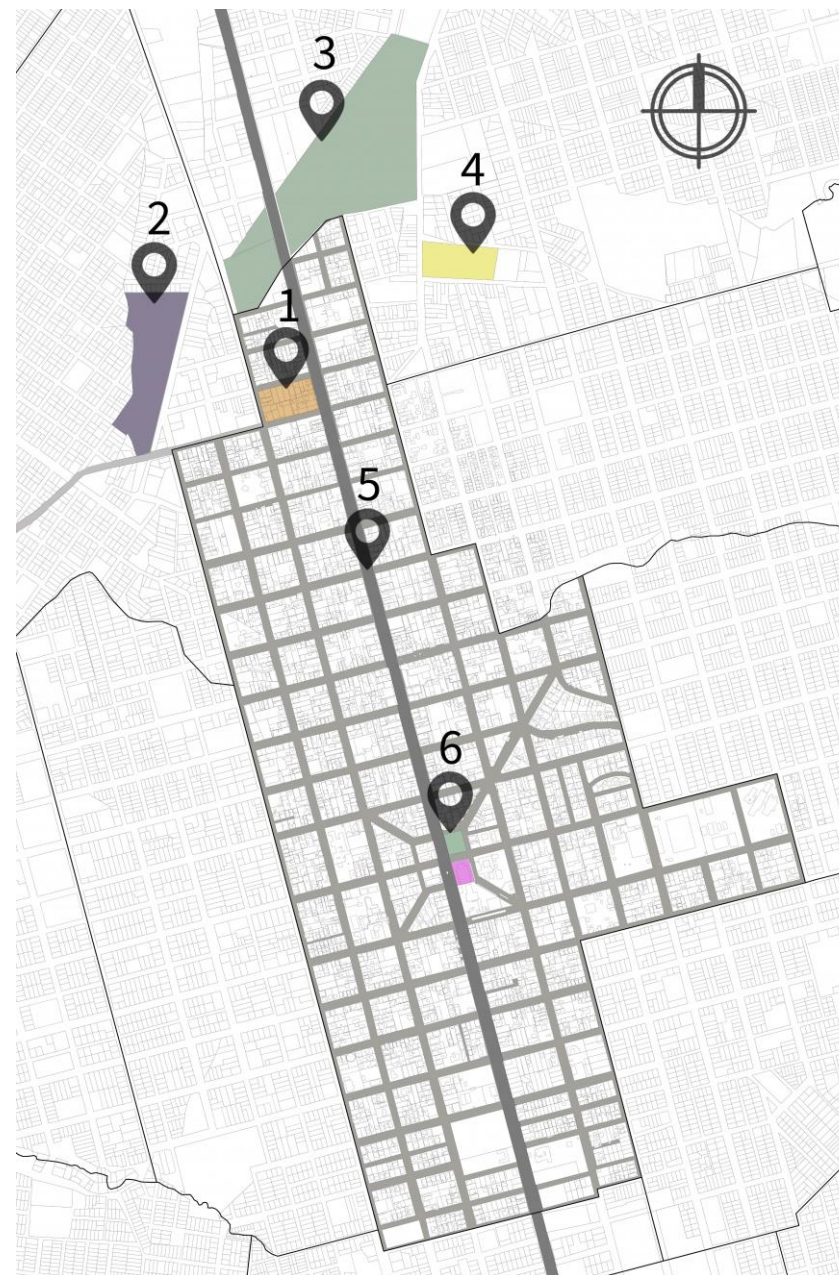


MAPA2: Mapas sobrepostos do crescimento urbano de 1957 a 2009. Fonte: Base PMC / Elaboração Júlie M. Engler (2010).

HISTÓRICO, LOCALIZAÇÃO E MATERIALIDADE ORIGINAL DO COMPLEXO

O objeto de intervenção, adentrando numa maior escala de análise, localiza-se na quadra número 295 da cidade, pertencente ao bairro Centro, setor norte. A região tem forte marca das instalações urbanas ligadas ao meio industrial, o fato justifica-se pela geografia do local, sendo um ponto de convergência de fluxos de água do rio Passos dos índios (atualmente praticamente todo aterrado no setor urbano da cidade). Eram quatro grandes instalações industriais que ali funcionavam: a CooperAlfa, a Aurora, a Ceval e o complexo em análise no trabalho. Atualmente somente duas possuem atividade fabril, sendo uma delas a Aurora, e outra, a CooperAlfa. A antiga sede da Ceval foi inteiramente demolida para hoje abrigar o “Shopping Pátio Chapecó” e a antiga “Rações Barriga Verde” possui espaços abandonados ou apropriados e modificados para novos usos.

O antigo funcionamento do complexo agroindustrial é um objeto de estudo de grande importância. Entender as dinâmicas e fluxos espaciais que ali ocorriam gera uma série de esclarecimentos sobre o porquê da implantação se dar daquela maneira, sendo esta contrária à lógica de formação da cidade. Isto se deve ao fato dela subverter o fechamento de quadra proposto pelas divisões dos lotes nas quadras. Elemento físico que expressa tal subversão é a rua interna ao conjunto, que conectava, pelo interior da gleba, duas avenidas paralelas (a Getúlio Vargas e a Fernando Machado), passando desta forma por toda a antiga instalação, como uma “rua da fábrica”.

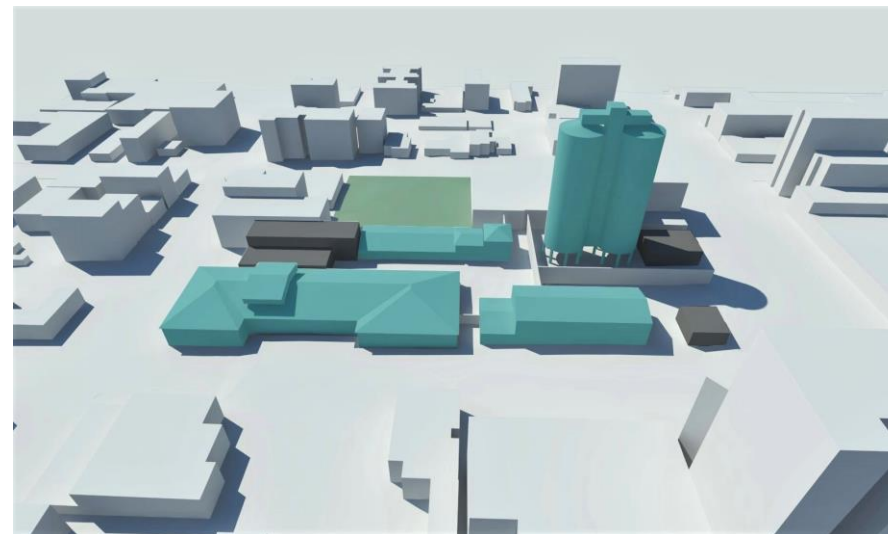


MAPA3: Área central e equipamentos urbanos relevantes. FONTE: acervo pessoal. Legenda: 1-Área de estudo, localização do complexo agroindustrial. 2- Complexo industrial “Aurora”. 3- EcoParque. 4-Rodoviária. 5- Avenida Getúlio Vargas. 6- Igreja e praça matriz.

Próximo as duas entradas das avenidas em paralelo citadas, onde desembocavam a rua interna, localizavam-se duas balanças para a pesagem dos caminhões de grãos que chegavam no local. Após a pesagem, os grãos eram depositados nas moegas (estrutura anexa às torres dos silos de armazenamento), onde era executado o processo de limpeza, separação e secagem dos grãos, para que depois os mesmos fossem transportados por esteiras até a parte térrea dos silos.

Dentro das torres, os grãos eram transportados até o topo por elevadores mecânicos (“elevador de caneca”) centrais, depois distribuídos horizontalmente por esteiras para sua respectiva armazenagem. Além destas estruturas, o complexo contava com duas filas de galpões no alinhamento da rua interna com funções de depósito, refinaria, caldeira, laboratório, vestiário e até mesmo um mercado onde eram comercializados os produtos ali fabricados.

Hoje as estruturas remanescentes são as torres do silo, a moega em anexo, os galpões próximos a avenida São Pedro que passaram por pequenas mudanças estruturais (cobertura e reboco) e parte do galpão mais interno à quadra em situação de desuso e com grande parte de sua estrutura deteriorada. A rua interna foi fechada com o posterior plano de divisão de lotes que bordeou toda a quadra, restando apenas uma pavimentação original da mesma no centro desta espacialidade.



Na imagem da quadra, em azul estão as preexistências do complexo agroindustrial, em cinza as edificações que fecharam o acesso interno à quadra e em verde o vazio urbano

FONTE: acervo pessoal.

A materialidade original do projeto conta, esteticamente, uma história importante sobre sua formação, e deve ser entendida como fonte de análise para as posteriores decisões intervencionistas. Elas dividem-se nos espaços que remanescem atualmente de tal forma:

- Os silos foram construídos através de formas deslizantes de concreto, com armadura férrea e paredes de 80cm de espessura. Por um breve período teve ausência de revestimentos, ou seja, em concreto aparente, para ser rebocado e pintado posteriormente na cor verde. Isso se deveu ao fato de a empresa ter se chamado “Rações Barriga Verde” e a utilização desta cor marcar a identidade visual dela. Até hoje os silos se mantêm desta forma.
- Os galpões (dois conjuntos) possuíam diferentes aspectos estéticos; o mais próximo da Avenida São Pedro foi construído com fechamentos em tijolo maciço à vista sem pintura aparente, com janelas basculantes de vidro translucido e batentes de ferro com requadros de alvenaria rebocada em branco. A cobertura era feita com telhas de fibrocimento. Já o galpão mais interno à quadra possuía três alturas distintas e era mais simplório em suas fachadas feitas de alvenaria estrutural e rebocadas na cor branca, cobertura também em telhas de fibrocimento.
- A antiga moega (anexada aos silos), possui mesma materialidade que o galpão próximo da Avenida São Pedro (tijolo maciço à vista e demais características).



Os galpões voltados à Avenida São Pedro em 1973. Fonte: acervo pessoal de Ledi Baratieri



Conformação atual das preexistências industriais (silos, moega em anexo, galpão interno (reboco branco) e galpões próximos à avenida São Pedro (tijolos pintados, uso comercial e institucional). FONTE: acervo pessoal.

O processo que encaminhou o conjunto ao desuso passou por diferentes etapas e trocas de proprietários. Devido ao aumento da produção inicial e ao interesse de expansão de filiais, a empresa Ceval adquiriu o espaço em 1978. Ainda com o passar dos anos a empresa Bunge alia-se a Ceval (que passava por dificuldades financeira nos anos 80) e por possuir maior rede de distribuição compra o complexo que funciona até o ano de 1984 quando entra em total desuso. Fatores importantes explicam a breve vida da produção industrial do lugar, são eles:

- O primeiro plano diretor de 1974 que contava com a necessidade da criação de um distrito industrial longe do centro da cidade, já que as perspectivas para este local passaram a se tornar, na década de 70, voltadas ao setor terciário do mercado. Cabe aqui ainda citar o tênue espaço de tempo e a mudança da visão sobre o centro da cidade. Como dito anteriormente, na sua concepção o projeto teve o intuito de mostrar a importância da agroindústria para a cidade de Chapecó, porém nos seguintes anos percebeu-se um novo caráter da centralidade ideal para o município junto da previsão de uma expansão agroindustrial que a região não comportaria em seu centro urbano;
- O surgimento de edificações residenciais no prolongamento da Avenida gerou conflitos de uso em relação à salubridade do espaço. Os resíduos industriais do complexo passaram a afetar a qualidade de vida das edificações vizinhas;
- O crescente interesse imobiliário de criar lotes nesta quadra para comércio e residência.



Panorâmica da fachada na avenida Getúlio Vargas. FONTE: acervo pessoal



Panorâmica da fachada na avenida São Pedro. FONTE: acervo pessoal



Panorâmica da fachada na rua Paulo Marquês. FONTE: acervo pessoal



Panorâmica da fachada na avenida Fernando Machado. Destaque para a edificação com estacionamento na parte frontal: ali era a saída/ acesso da rua interna do complexo original. FONTE: acervo pessoal.

○ INTERESSE CULTURAL

Na década de 1990, mais precisamente no ano de 1995, após o abandono do local, o teatrólogo Jovani Santos Dos Santos, morador da cidade de Chapecó e importante figura na fomentação da cultura no município, buscava um lugar na cidade para montar o espetáculo da peça “Labirinto de Januário”, adaptação do espetáculo homônimo de Ilo Krugli. Anteriormente a esta peça, Jovani já havia executado outro espetáculo chamado “O incêndio” nas ruínas de uma antiga casa da cidade. Sua ideia de procurar espaços urbanos abandonados era justamente reutilizá-los para a livre apropriação artística em conexão com o espaço urbano, gerando assim um tipo de teatro menos formal e mais sensitivo espacialmente, abrindo possibilidades de novas experimentações corpóreas, tanto para os atores quanto para os espectadores.

Ao se deparar com o espaço dos silos da Avenida Getúlio Vargas, como conta Dos Santos em entrevista cedida a mim no dia 04 de novembro de 2016, a estrutura cilíndrica abandonada, de térreo composto por um jogo circular de pilares de diferentes tamanhos, saltou a seus olhos como o cenário labiríntico perfeito para a realização da peça em questão. Porém sua visão foi além disso; questionando-se sobre a potencialidade que o espaço possuía para abrigar um programa cultural, área tão deficiente na cidade, chamou diferentes profissionais de áreas ligadas à arte, como artistas plásticos, teatrólogos, escritores e afins, para que juntos pudessem formar uma fundação cultural e propor um novo uso para o espaço dos silos e suas adjacências ainda livres na época.

Surgiu assim a Fundação do Teatro do Silo, a FUNTESI, instituição apolítica e sem busca de fins lucrativos que visava unir forças para transformar a área em um centro cultural para a cidade. Os debates e entraves duraram por oito anos e neste meio tempo mais profissionais se uniram ao grupo, como o na época recém-formado arquiteto Glicério Webber, que disponibilizou de seus esforços para realizar um projeto arquitetônico para a área, cujas diretrizes eram muito interessantes (adaptar os silos para um programa cultural e em anexo propor um auditório interligado à estrutura cilíndrica por meio de uma circulação vertical panorâmica).

O proprietário do local no período se pronunciou favorável a adaptação do espaço para o uso cultural, cedendo as licenças necessárias para a realização do projeto. Em 1995 também possibilitou a execução da peça de Jovani que possuiu cinco sessões de apresentações para um público de no máximo 40 espectadores, tendo em vista que os mesmos participavam e se movimentavam junto com os atores no espetáculo.



Foto de uma das apresentações da peça “Labirinto de Januário”, 1995. Fonte: acervo pessoal de Jovani Santos dos Santos.

Estava tudo firmado entre a FUNTESI, a Prefeitura Municipal de Chapecó e o proprietário do lote para o início das obras. Este processo foi muito divulgado e documentado por jornais da cidade em relação a sua escala de importância. Porém, no início dos anos 2000, o então prefeito vigente barrou a licença final do projeto por motivos de força maior impedindo sua realização, culminando no congelamento daquele espaço até os dias de hoje.

O empenho acerca de uma reivindicação sobre o setor cultural da cidade permaneceu mesmo após tamanha infelicidade, levando a construção do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes no final dos anos 2000. A estrutura, todavia, não chega a suprir a demanda por cultura no município, recebendo um número muito grande de eventos de fins comerciais, ou de formaturas por exemplo. Este debate ainda se esbarra na mentalidade das forças políticas presentes na cidade, onde espaços de apropriação pública para fins culturais ainda são uma das grandes deficiências presentes, assim como a preservação do patrimônio construído que cede lugar a interesses imobiliários.

O cenário urbano de Chapecó molda-se, desta forma, de maneira especulativa frente ao interesse dos capitais privados, com pouco protecionismo frente aos marcos de sua história e uma população que sofre grande alienação espacial e memorial frente a cidade.



Notícia publicada em 7 de dezembro de 1998. FONTE: imagem cedida por Jovani Santos dos Santos.



Imagem dos reparos iniciais feitos pela equipe da FUNTESI nos silos. As marcações da fundação permanecem até hoje na fachada do equipamento urbano. FONTE: acervo pessoas de Jovani Santos dos Santos.

ESTUDOS TEÓRICOS

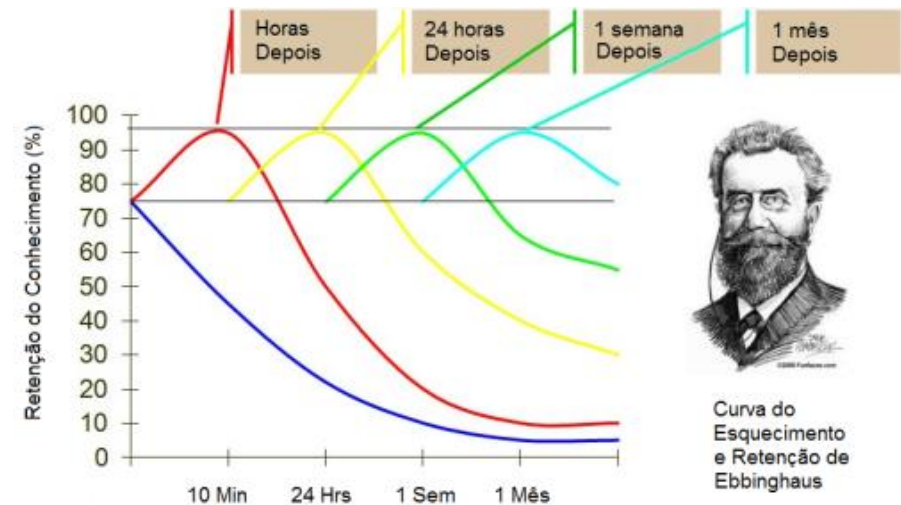
MEMÓRIA COMO PRESERVAÇÃO

“Uma das principais razões para se querer preservar um edifício original é poder recuperar a relação entre as pessoas e o espaço no passado”
HUDSON, Kenneth.

Em 1235, Boncompagno da Signa, filósofo e professor de retórica, redige um documento importante onde define que a memória “(...) é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas.” (SIGNA, 1235 [1997], p.30)

A memória trata-se de um tema importante desde a antiguidade e sobre ela muito se foi teorizado. Mnemósine, deusa grega da memória, filha de Urano e Gaia, teve de Zeus, que a procurou para que sua glória como vencedor na batalha dos Titãs não fosse esquecida, as nove Musas que de tudo sabem: conhecem o presente, o passado e o futuro. Em contrapartida, a deusa Lete representava o esquecimento e quem bebia das águas do rio de mesmo nome tinha suas memórias completamente apagadas, mostrando desta forma que as glórias da memória poderiam ser efêmeras.

Desde àqueles tempos o debate sobre memória e esquecimento estava presente na sociedade. No estudo do esquecimento, Hermann Ebbinghaus (1850-1909) como cita Galvão (2013, p.12), autor alemão, elaborou uma “curva-do-esquecimento” que analisa a ação de esquecer à medida que o tempo passa, mostrando que grande parte do esquecimento acontece logo depois da aprendizagem.



Curva do esquecimento de Ebbinghaus. FONTE:
<https://jorgekotickaudy.wordpress.com/2014/09/12/agile-e-a-curva-do-esquecimento-de-ebbinghaus/>

Dentro desta contextualização de estudo, podemos dizer que a ação de recordar é complementada pelo esquecimento. Isto se deve ao fato de rememorarmos aquilo que em certo tempo tenha sido esquecido, formando uma imagem do passado. O embate entre memória e esquecimento se faz, na arquitetura, diante do que conservar, do que retirar, ou de como unir estes dois segmentos, dentro de uma problemática atual que deteriora a real validação da importância do objeto arquitetônico, como afirma Magaldi (1992):

“É sabido que, ao longo da história, a luta pela construção de uma memória social passou pela tentativa de julgar o passado, visto sempre como inferior ao presente – e estas tentativas se concretizaram fisicamente nos procedimentos de destruir e edificar.”

A construção da memória social tem forte relação com o espaço e seus elementos construtivos ligados à vivência experimentada pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Desta forma a apreensão da memória nos conduz à construção do sentido urbano, fazendo emergir significados e valores dos lugares, atribuídos pelos indivíduos que neles estão. O papel da arquitetura na formação da identidade de um local é fundamental. As construções objetificam a importância espacial e causam impactos paisagísticos nas cidades que marcam a memória dos que ali se assentam. É a partir desta premissa que se pode iniciar uma discussão acerca da validação do patrimônio urbano e sua relativa autenticidade, onde a memória se torna um objeto chave de preservação.

A ideia da memória como elemento portador de tal qualidade já era teorizada no século XV por Leon Battista Alberti no tratado *De re aedificatoria*, em um discurso baseado em experiências práticas voltadas à restauração de Roma por Nicolau V (papa humanista), onde o arquiteto desenvolveu uma série de estudos sobre as ruínas da cidade imperial, levantando questões primordiais que repercutiriam nas reflexões de diversos teóricos séculos mais tarde. Ganham destaque dois aspectos que interessam para a análise do presente trabalho; a valorização dos

remanescentes materiais do passado como instrumentos de conhecimento e a compreensão da cidade como organismo único e autônomo, portadora de uma historicidade que vagarosamente começou a ser identificada e estimada.

Como suporte à memória, a análise da contextualização do local estudado é essencial. Deve-se levar em consideração os mais diversificados caracteres que formam a identidade de um coletivo em determinado espaço para identificar quais valores formam o escopo primordial da memória construída. É relativo a este contexto que surge a essência do patrimônio em si, seja material ou imaterial; é na importância que se influi na memória social e/ou espacial de uma urbanidade.

Porém anterior ao patrimônio, é necessário entender a mudança de conceito que deu origem ao termo. O monumento e o monumento histórico precederam o conceito de patrimônio e foi a partir daqueles que este surgiu. Sendo assim, deve-se entender os parâmetros fundamentadores desta mudança conceitual, seu permear histórico frente as opiniões dos teóricos de arquitetura, assim como a *práxis* exercida em relação ao que se era considerado importante no passado e sua adaptação aos novos tempos.

DO MONUMENTO AO PATRIMÔNIO

Como cita Galvão (2013, p.17) os monumentos são erigidos para afirmar e fazer lembrar à comunidade a sua identidade, constituída pelas tradições, rituais e eventos marcantes de sua história. Através do monumento é estabelecida uma ligação permanente entre o passado e o presente. Tendo em vista tal afirmação, o objetivo central da análise não é teorizar sobre o monumento como estatuto em si, mas entender a mudança conceitual de sua significância em períodos onde a produção teórica sobre como lidar com as preexistências e seus valores se tornaram parte de um embate cujos resultados reafirmam a importância contextual do objeto de intervenção deste trabalho.

A diferença entre monumento e monumento histórico é abordada por Françoise Choay (2009 [2011], p.16), no seu livro “As questões do patrimônio, antologia para um combate”, onde afirma que o monumento é destinado “(..) à memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos da sua identidade.”, ou seja, é intencional, enquanto o monumento histórico não é intencionalmente criado para a memória da comunidade, “Não se destina à memória viva.”

Com o início da produção industrial na Europa e com o advento da Revolução Industrial, surge uma mudança na concepção de monumento. O aparecimento de novos edifícios, construídos para fins não memoriais, acabam por marcar fortemente esta fase, adquirindo desta forma valor

histórico.



A esquerda a Fábrica de turbinas da AEG (1908-1909), em Berlim, projetada por Peter Behrens; Pormenor do exterior em ferro da Fábrica de turbinas da AEG, em Berlim; a esquerda a fachada principal do matadouro La Mouche (1914), em Lyons, França, projetado pelo arquiteto Tony Garnier; Interior do matadouro La Mouche, em Lyons, em 1917. FONTE: Galvão,2013.

Dentro destas novas premissas acerca do monumento, porém ainda no início do século XIX, John Ruskin, escritor londrino, promove a conservação das arquiteturas domésticas constituintes do tecido das cidades antigas (dando a seu discurso um tom de sacralidade ao monumento, que não deveria ser alterado) e na contrapartida, Viollet-le-Duc, arquiteto francês, defende que o melhor meio de conservar um edifício é o de lhe encontrar um emprego, ou seja, intervir de modo a modernizá-lo.

Frisa-se a incontestável importância de Viollet-le-Duc na temática preservacionista (voltada ao conceito de restauro) e sua antecipação frente à arquitetura Moderna teorizando sobre assuntos reflexivos a respeito da arquitetura como um sistema coeso, racional e eficiente - como unidade alcançada a partir da compreensão do seu sistema gerador, da lógica de concepção do projeto original e da premissa que deverá guiar a ação do arquiteto na intervenção sobre o existente - sendo estes conceitos

utilizados e debatidos em larga escala até os dias hoje.

Alöis Riegl, já citado anteriormente, propõe uma interpretação em que os valores contraditórios inerentes aos monumentos se circunscrevem ao próprio monumento. Para o autor cada edifício é único e depende dos valores específicos de cada caso. Suas análises, reunidas na obra “*O culto moderno dos monumentos*” (1903) contemplam importantes reflexões sobre a definição do patrimônio histórico e seu papel na sociedade, contribuindo para o deslocamento da discussão em uma nova direção, não mais centrada no conflito entre as proposições conservacionistas e intervencionistas.

Além de Riegl, é essencial falar da contribuição de Camilo Boito para a linha argumentativa tida como ponto de equilíbrio entre teorias mais extremas como as de Ruskin e Viollet-le-Duc. Boito procurou confrontar ambas as doutrinas e extrair o melhor de cada uma buscando agrupar de modo crítico, senão em uma síntese certamente em diretrizes claras e didaticamente eficazes, aquilo que vinha sendo elaborado em décadas de intervenções e de confrontos de ideias. De Ruskin herdou a preocupação com a autenticidade da obra arquitetônica manifestada na defesa pela preservação das várias estratificações da mesma, ao mesmo tempo que condenava a postura contrária à intervenção daquele, buscando legitimar, como Viollet-le-Duc, a restauração como ato de conservação por vezes necessário, quando a manutenção ou outros recursos preventivos não puderem garantir a integridade da obra (RUFINONI, 2009).

Dentro do escopo da discussão, a análise de Riegl, assim como a de Boito, é sensata e busca esclarecer a relatividade dos diferentes casos a serem analisados. Assim como a memória e o esquecimento, tratam-se de conceitos dependentes da sociedade que se estabelece em determinado local e convive diretamente com o objeto construído, criando vínculos memoriais e afirmando a necessidade de sua preservação.

O século XIX em si, foi repleto de teóricos que realmente se debruçaram a escrever sobre a questão da ação contemporânea frente as preexistentes da cidade e sua importância. Esta abrangência teórica dissemina a importância do assunto e a consolida como chave para a fundamentação da disciplina do Urbanismo no século XX.

Em 1931 com a criação da Carta de Atenas na primeira conferência internacional sobre a conservação artística e histórica dos monumentos (participaram apenas arquitetos, arqueólogos e historiadores da Europa), e em 1964 na segunda conferência internacional dos arquitetos e técnicos de monumentos históricos (com a participação também de sul-americanos) com a Carta de Veneza, ganham vida documentos importantes (principalmente a Carta de Veneza por ser mais atual e estar inserida no contexto pós Segunda Guerra) relativos a uma mudança cultural relativa aos monumentos históricos.

É na segunda metade do século XX que o termo “monumento histórico” é cada vez mais substituído pelo termo “patrimônio”. Foi na

“Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural”, elaborada em 1972 pela Unesco, que se eliminam as diferenças entre “monumento memorial” e “monumento histórico”, e o foco é dirigido ao ser humano enquanto identidade mundial com valor universal. Em 1978 a Direção dos Monumentos Históricos transforma-se na Direção do Patrimônio, na França, pondo assim fim à designação de “monumento histórico”.

PATRIMÔNIO: VALOR E AUTENTICIDADE

Como citado anteriormente, as novas noções sobre a patrimonialização dos objetos arquitetônicos (porém não somente destes) tomaram rotas mais complexas a partir do século XX. Como resultado, a condição de patrimônio passou a abranger as mais diversificadas manifestações, tangíveis (como diferentes formas arquitetônicas, artesanato, paisagem, traje, entre outros) e intangíveis (linguagem, dança, música, práticas sociais, entre outros). Esta disseminação abre portas juntamente ao avanço acelerado das trocas de informações a nível global, a uma linha de pensamento que passa a questionar o valor e a real autenticidade da construção social acerca do patrimônio.

Dentro desta complexidade, os valores patrimoniais passaram por experiências diversas, indo da “devoção” (o patrimônio atinge grau de divindade visando a sobrevivência do mesmo) até a tábula rasa com gênese

no Modernismo de Le Corbusier em seu plano Voisin para a nova Paris, por exemplo. Ainda sobre Paris, anterior ao século XX, o projeto de Hausmann para a capital é uma referência da *práxis* urbana inserida ao meio do surgimento das teorizações sobre como agir contemporaneamente frente às cidades. O conjunto de reformas urbanas realizadas a partir da década de 1850, ao propor a reestruturação viária da cidade por sobreposição de uma nova malha de vias largas, provocou a destruição de grande parte dos bairros medievais e colocou em pauta, pela primeira vez numa escala como esta, os problemas da relação do antigo-novo e de sua real valia.

A experiência Hausmanniana (independentemente de suas características positivas ou negativas) abriu caminho para uma série de projetos urbanos que nem sempre alcançaram resultados que justificassem as grandes demolições realizadas. Uma tendência verificada, porém, no projeto da nova Paris citado acima, e em muitos outros posteriores a ele, evidenciam a característica de isolamento de determinados monumentos arquitetônicos a partir da desobstrução de seus arredores, ou seja, da destruição de edificações adjacentes consideradas “sem valor”.

O intuito de se destacar um monumento por meio da destruição de edificações não enquadradas como tal, acaba por monumentalizar um objeto que perde sua escala real de interesse memorial adquirida junto as transformações “naturais” da cidade. Gera-se assim um questionamento acerca da validação patrimonial voltado também a uma maior escala de enquadramento urbano.



Paris de Hausmann.



Plano Voisin de Le Corbusier.

A ambiguidade desta fase (bases do Moderno no século XX) frente as políticas de preservação fizeram questionar as bases da patrimonialização. Vivia-se em meio a criação de órgãos que propunham gerir e cuidar dos bens patrimoniais ao mesmo tempo que se

se experimentavam projetos que ignoravam as antigas malhas urbanas das cidades europeias. Este conflito estaria na base do que Riegl (1903 [1992], p.98) denominou “lei estética fundamental da nossa época”, quando a relação de oposição e atração entre o valor de antigo e de novidade condicionaria um ciclo natural de transformações no espaço construído, como segue:

Nas obras recentemente realizadas, os vestígios de degradação (desagregação precoce) obstruem-nos tanto quanto os sinais de uma criação muito fresca (restaurações vistosas) sobre a obra antiga. Está antes bem clara a percepção, em toda sua pureza, do ciclo necessário da criação e da destruição que agrada ao homem do século XX.

Estes (Modernos) geram um quadro de ruptura com o passado, havendo menos atenção para a continuidade entre antigo e novo. O surgimento de uma dita sociedade global avança rapidamente e a importância da cultura e dos hábitos locais perde-se num emaranhado de troca de informações onde a identidade social se mistura e se enfraquece. Como advertia Claude Lévi-Strauss, desde 1962, não existe uma sociedade global no sentido absoluto do termo, a civilização implica na coexistência de culturas e na sua diversidade, sendo esta a que deve ser salva e não o conteúdo histórico que cada época lhe deu. Isto é afirmar a importância de cada cultura refletir sobre o modo de agir em relação ao que lhes é configurado como patrimônio, trazendo novamente o conceito de

relativização do termo e a necessidade de se escolher, dentro do leque de possibilidades, qual a ação que permitirá ao espaço urbano continuar a ser dinâmico, sem que novos usos eliminem os legados passados.

No transitar das múltiplas ações frente a questão patrimonial, fez-se necessário o apoio teórico de documentos oficiais embasados em critérios firmes para o esclarecimento sobre os valores e a autenticidade, assim como uma base convergente a respeito da forma de se agir frente ao patrimônio.

Em novembro de 1994, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), produziram em Nara, no Japão, o “Documento de Nara sobre a Autenticidade”, concebido de acordo com a Carta de Veneza, de 1964. Este documento leva em consideração o aumento da preocupação com o patrimônio cultural na contemporaneidade e cita que “a proteção e a valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo devem ser ativamente promovidas como aspectos essenciais do desenvolvimento humano” (ICOMOS, 1994 [2007], p.2). Seguindo a linha argumentativa, o documento também traz a importância de se identificar fontes originais e autênticas do objeto a ser analisado:

O conhecimento e a compreensão destas fontes de informação, relativamente às características originais e subsequentes do património cultural e do seu significado, são requisitos básicos para a avaliação de todos os aspectos da autenticidade.(ICOMOS, 1994 [2007], p.2)

A autenticidade, como também é defendida na Carta de Veneza, é o fator essencial de qualificação dos valores. Não existem critérios fixos de julgamento de valores e de autenticidade, ou seja, o patrimônio deve ser considerado no contexto cultural a que pertence. Cada comunidade deve estabelecer a natureza dos seus valores culturais e a credibilidade das fontes informativas.

Nas cidades modernas (entende-se as cidades formadas no decorrer do século XX), os parâmetros de contextualização são diversos. Pode-se chamar de patrimônio, defendendo aqui esta opinião, material ou imaterial, tudo o que foi chave para o nascimento do conjunto urbano e sua consolidação, como afirma Paoli (1992):

A noção de “patrimônio histórico” deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade.

Neste escopo, a indústria possui um papel protagonista, pois foi dela que muitas das cidades modernas surgiram ou formaram a base de sua

economia. A relação estreita que existe entre uma cidade e as organizações industriais (ou prestadoras de serviço) que nela se instalam tem profunda ligação com o desenvolvimento social da primeira em conjugação com o desenvolvimento econômico da segunda, como é o caso de Chapecó, instrumento urbano deste trabalho.



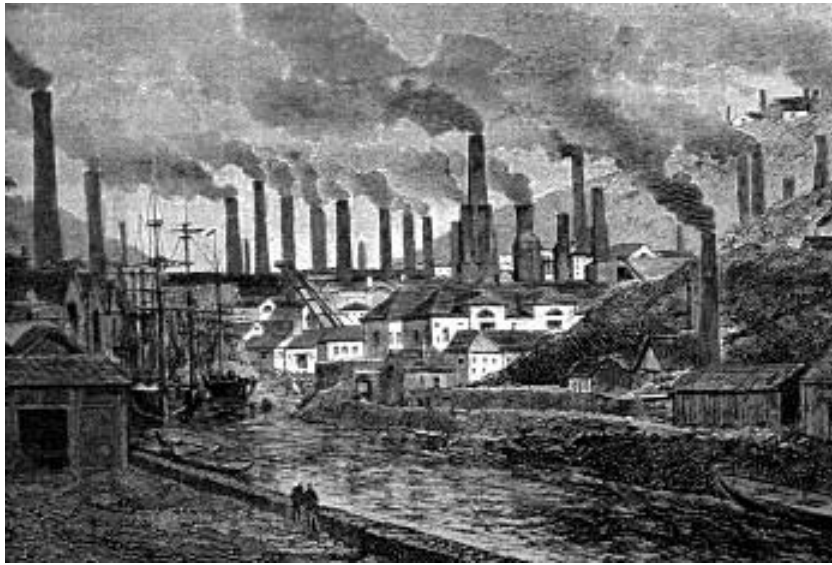
Imagem do complexo fabril da CooperAlfa, um dos primeiros instalados na cidade de Chapecó, 1967. FONTE: acervo pessoal de Arley Serrano.

O debate sobre a formação do patrimônio baseado na produção industrial ainda apresenta uma série de questões em aberto. Sua discussão é relativamente recente e compreender os efeitos da Revolução Industrial nos cenários urbanos é um processo complexo. Voltar-se à arquitetura e sua postura frente a estas edificações com características tão singulares, ajuda a explicar a importância do tema no decorrer do século XX principalmente, quando a indústria passou a ser vista como forma integrante do projeto arquitetônico.

A INDÚSTRIA COMO *DESIGN* NA ARQUITETURA

Até ao século XVIII, 'indústria' era a tradução linguística de uma determinada habilidade em fazer algo, no artifício de produzir uma experiência artesanal melhorada pelo ato da repetição. Existiam oficinas e artesãos, não fábricas e operários. Foi com a motivação do Iluminismo e pela democratização do saber que surgiram protagonistas que levaram o aperfeiçoamento de velhas engenharias romanas com o intuito de facilitar o trabalho do artesão, como foi o caso do moinho de água, utilizado para fazer as máquinas trabalhar através de sua força.

Iniciou-se assim um processo que viria a operar uma grande transformação na sociedade e no modo de fabrico, designado Revolução Industrial. O trabalho artesanal foi progressivamente substituído pela manufatura e as oficinas funcionavam em espaços integrantes da habitação. Na Europa esta questão é pertencente ao século XIX, e sua inflação causa uma série de problemas urbanísticos que no final daquele século começavam a se tornar insustentáveis. As mutações urbanas eram acompanhadas de um complexo conjunto de discussões em diversos campos do saber, como os novos questionamentos sobre a historiografia das artes e sobre a própria estética como disciplina, junto de conceitos que entravam em ebulição aliados aos campos disciplinares como: a preservação, a restauração e o urbanismo. Com o passar dos anos, no fim daquele século, inicia-se uma mudança de base de cunho principalmente higienista relacionada à qualidade habitacional, formadora de algumas das bases mais significativas do movimento Moderno.



Fundição do cobre em Swansea, Gales, séc XIX. Fonte: mestredahistoriablogspot.com.br

Voltando-se à questão do objeto industrial em si, é importante o surgimento de escolas arquitetônicas que se voltam ao produto industrial como detentor de *design*. É o caso da Deutscher Werkbund, criada em 1907 e formada por 12 artistas e 12 industriais que se dedicaram a aprimorar a forma e a qualidade dos produtos. Ao unir arte e produção industrial, foram responsáveis pelo avanço do processo produtivo e pelas mudanças deste espaço. A importância do *design* de produto e da instalação industrial fixam o mesmo horizonte: o da identidade única, da unidade de linguagem. Foram responsáveis também pela fundação da Bauhaus em 1919.

Com a evolução da importância do desenho fabril no movimento Moderno as edificações industriais viraram parâmetro de qualidade arquitetônica, como objetos experimentais de novas possibilidades tecnológicas tradutoras da racionalização da construção. Não é à toa que

conceitos posteriores como a “máquina de morar” de Le Corbusier estejam pautados dentro destas premissas. Destacou-se, por exemplo, a Fábrica Van Nelle (1925-31), em Roterdã, cujas características levaram Le Corbusier a afirmar, em 1931;

“A estrada que leva à fábrica é plana e uniforme, ladeada por um passeio de pavimento castanho; é tão limpa e luminosa quanto um salão de baile. As fachadas do edifício, de vidro brilhante e metal cinzento, erguem-se (...) contra o céu. (...) A tranquilidade do lugar é total. Tudo se abre para o exterior. E isto tem uma importância enorme para todos os que trabalham num edifício de oito andares. (...) A fábrica de tabaco Van Nelle de Rotterdam, uma criação da era moderna, eliminou por completo todas as conotações anteriormente associadas à palavra ‘proletário’ “(FRAMPTON, 1980 [1997] p.150)



Fábrica Van Nelle. Fonte: en.wikiarquitectura.com

Sensível é a tênue linha relativa à arquitetura industrial nesta época. Devido a sua expressão funcionalista as obras industriais adquirem um caráter como nenhum tipo de edificação antes veio a possuir: a transitoriedade. Tal característica revela-se de certa forma propícia ao abandono gerado a partir do momento que um edifício industrial passa a não operar mais perante sua proposta inicial, fadando enormes conjuntos ao desuso e conseqüente ruína ou destruição.

A Revolução Industrial revela-se assim, geradora e carrasca da sua própria existência. Os mecanismos que criou e desenvolveu conduziram-na ao sucesso e, igualmente, à obsolescência. Torna-se imperativo o desenvolvimento de instrumentos capazes de resolver esta problemática e entender a concepção da indústria na formação ou reformulação de conjuntos urbanos que viveram e construíram sua cultura apoiados na evolução do cenário produtivo industrial. Este pensamento deve ser entendido como uma existência contínua na história. A patrimonialização destes bens assim como sua revitalização podem, por isto, representar uma ótima oportunidade de reordenamento urbano e ressignificação espacial para as cidades.

Analisar-se-á o conceito e o histórico específico do englobamento da herança industrial como parte integrante do patrimônio construído, para que desta forma, esclareça-se a importância da temática nos dias atuais.

A herança industrial tida como patrimônio histórico vem da segunda metade do século XX e pertence às mudanças e à abrangência conceitual que o tema vivenciou naquele período (como discutido anteriormente). Suas bases estão no estudo da arqueologia industrial a qual surge em um momento que a sociedade pós-industrial passava por mudanças determinantes aos novos paradigmas de estudos movidos pela automatização e pelos processos informacionais. É a partir do estudo das evidências passadas que se pode entender de forma mais clara os processos da formação industrial, da lógica de implantação, da sistemática de circulação nos conjuntos fabris, teorizando assim a importância sociocultural que estes bens possuem.(SILVA, 2009, p.2)

Desta forma observa-se que a memória industrial também se torna fator determinante para o entendimento da memória cultural na qual coexistem os fatores materiais (as empresas em si) e imateriais (as memórias dos trabalhadores), tangíveis e intangíveis, formando assim uma identidade patrimonial cultural que não pode ser ignorada.

Foi na Inglaterra, durante a Segunda Guerra Mundial, quando inúmeras fábricas foram destruídas que surgiu uma preocupação de proteção em relação à ameaçada herança industrial, tendo origem, desta forma, o movimento de defesa do patrimônio industrial. O *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH) definiu o Patrimônio Industrial como:

“Paisagem, sítio, edifício / bens móveis – instalações, máquinas, utensílios que testemunham a atividade das sociedades economicamente desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, compreendendo as fontes de energia e as matérias-primas, os lugares de trabalho, os meios de transporte e utensílios técnicos, o conjunto dos produtos que resultaram da atividade industrial, o conjunto dos documentos escritos, gráficos, fotográficos, os textos administrativos, jurídicos, técnicos e outros.” (IHRU, IGESPAR, 2010, p.64)

Pode-se teorizar desta forma, fazendo uso da problemática sobre memória e esquecimento tratada anteriormente que a patrimonialização destes bens industriais segue a mesma lógica, pois, é a partir do esquecimento (perda do referente) que os lugares de memória se instauram. No caso específico do patrimônio industrial, podemos afirmar que seu surgimento acontece quando seus métodos tradicionais de trabalho foram sendo substituídos no decurso da segunda metade do século XX pelo desenvolvimento de tecnologias avançadas que logo lançaram à categoria de obsoletos os prédios, máquinas, formas e processos de produção industrial remanescentes, como complementa Ferreira (2009):

“Observa-se que esses testemunhos de tecnologias e formas produtivas já superadas foram sendo inscritos no que se define como herança, logo necessário se faz sua salvaguarda, conservação e definição de formas de permanência daquilo que se transformou em patrimônio industrial.”

Além do já citado, existem nas construções industriais, características potenciais de trabalho que chamam atenção, cada vez mais, devido as inúmeras possibilidades que oferecem. São normalmente amplas, com uma construção sólida e crua, facilitando sua manutenção e adaptação às normas legais atuais. Existem nas mais variadas formas e materiais, sem uma implantação que obedeça a regras fixas e trazem uma aura especial que conversa diretamente com a beleza do sublime na arquitetura, debatida com mais enfoque na parte propositiva final deste trabalho.

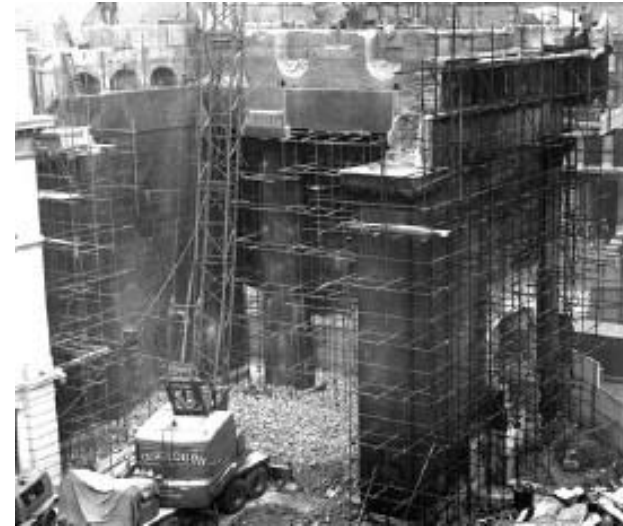
No ano de 2003, foi aprovada pelos delegados reunidos na Assembleia Geral do TICCIH, a carta de Nizhny Tagil (local onde ocorreu o encontro), a qual foi posteriormente apresentada ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO. O documento é uma espécie de manual sobre o patrimônio industrial, trazendo seus valores de validação como tal, sobre a proteção legal, sobre a manutenção e conservação, dentre outros itens que esclarecem sua importância. Dentre as várias subdivisões da carta de Nizhny Tagil, a que trata sobre a validação do patrimônio industrial, é essencial para o entendimento do que se apresenta no presente capítulo do trabalho, quando cita:

“ii. O patrimônio industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua

arquitetura, do seu *design* ou da sua concepção.” (TICCIH, 2003, p.4)

Tendo claros os motivos que fazem da indústria um patrimônio, deve-se discutir as medidas de proteção dos bens industriais. O assunto evolui lentamente nos dias de hoje mesmo com o aumento da produção teórica nas universidades e a maior presença de projetos de intervenção em áreas industriais em desuso, mostrando assim o crescente interesse pelo tema. Porém, os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio agem com displicência em relação à herança industrial. Talvez por ainda existir uma série de questões em aberto relacionadas à temática, sendo relativamente recente, o protecionismo desta herança cultural escapa das mãos dos responsáveis por sua salvaguarda. O Interesse imobiliário (justificável tendo em vista que em sua maior parte os conjuntos fabris eram instalados perto de recursos hídricos naturais, hoje áreas que representam qualidade de vida, propiciam belas vistas e relativa tranquilidade) é muito grande para se apropriar das áreas industriais em desuso, o que acarreta, quase sempre, a demolição dos conjuntos históricos.

Além de estarem instaladas em lugares favoráveis à especulação imobiliária, a implantação de muitos destes conjuntos ocorreu em partes centrais da cidade ou que vieram a se tornar centrais no decorrer do tempo. Este fenômeno de englobamento das estruturas fabris pela cidade é muito comum e possui graves consequências em relação à preservação destes.



Os escombros da demolição da *Euro Station* em Londres, 1962. A situação gerou grande alarde e revolta da população na época. Foi um fato marcante que ilustra o início de um pensamento de cunho protecionista em relação à herança industrial, apoiada pela população. FONTE: Galvão 2013.

A delicadeza do tema encontra ambiguidades pois vivenciamos, em grande escala, a demolição dos conjuntos históricos industriais para dar lugar a novos empreendimentos, enquanto dentro do tema da preservação destes conjuntos encontramos questionamentos sobre como agir sobre eles. Qual seriam as melhores decisões para manter ativa a memória industrial, cuja relevância já foi justificada, gerando novos usos que pudessem ressignificar o espaço urbano? Ou seriam realmente necessários novos usos para estas estruturas?

A INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Como afirma Galvão (2009, p.30), “A corrente moderna é um recusar do antigo, mas com tendência a refugiar-se na história e na memória do passado”. A ambiguidade aqui, como já citada anteriormente na análise sobre a conduta Moderna frente à preservação, volta a trazer a sensibilidade sobre o diálogo entre “antigo” e “moderno”. A ação intervencionista deve levar em consideração este diálogo, e mais, deve por meio das ferramentas da arqueologia industrial somadas às da memória (ou do esquecimento), traçar quais parâmetros definem o objeto analisado como um patrimônio, tendo em vista sua autenticidade e seu valor real para a formação urbana que está inserido e para as pessoas que nela vivem.

O patrimônio industrial adquire diferentes formalizações que requerem olhares específicos. Se faz necessário avaliar as que se considerem singulares e representativas de algo importante, com valor rememorativo ou técnico para que desta forma se evite o “complexo de Noé”². Volta-se a enfatizar, como propunha Riegl, a importância de se interpretar a individualidade de cada caso consoante as condicionantes, possibilidades e características existentes.

Uma vez assegurado o estatuto do patrimônio em si como algo cuja sobrevivência deve ser garantida, deve-se perceber seu futuro, e para isso existem olhares diferentes sobre esta categoria patrimonial (industrial), ora ligados à memória, ora à amnésia.

Existem diferentes formas de se intervir e se lidar com uma preexistência urbana, para Santos (2013, p.58), “dos caminhos seguidos para a salvaguarda e permanência da memória destacam-se três posições: a musealização, a reutilização e a reconversão.”

A primeira (musealização), é a resposta mais passiva à problemática do abandono. Isto significa a perspectiva da cristalização de algo, o não agir, transformando símbolos da era industrial em relicários, ganhando assim, um caráter simbólico que em nada é revitalizante.

A reutilização segue a lógica da ação de apagar e reescrever sobre. Ação esta que arquitetonicamente foi feita ao longo da história; edifícios profanos reutilizados e transformados em igrejas, fábricas transformadas em armazéns (como a primeira fábrica Ford no Reino Unido), dentre outros exemplos que mostram uma forma econômica de responder a certa necessidade acabando com um problema e atraindo ainda o investimento privado.

Já a reconversão é marcada pela alteração e adequação funcional e formal de um edifício, tendo em vista o conjunto de ações que visam introduzir os novos níveis de desempenho, necessidades e exigências pretendidos (Santos, 2013, p.60).

² Conceito utilizado por Françoise Choay em “Alegoria do Patrimônio”, p.209, que teoriza sobre a tendência nos dias de hoje de “abrigar na arca patrimonial o conjunto completo de novos tipos de construção...”, referindo-se especificamente ao caso industrial.



A esquerda o Museu do carro elétrico, antiga central termoeletrica de Massarelos e a direita o Museu D'Orsay em Paris, antiga estação ferroviária.

Atêm-se ao conceito de reconversão, que por teoria pode ser considerado uma reutilização, porém, trazendo o cunho de uma adaptação mais proeminente do edifício ao novo programa, levando em consideração que quanto menor for o grau de transformação permitido, maior é o valor patrimonial. Têm-se como premissa a fundamentação do estudo do caso em específico, onde busca-se o cunho memorial do objeto construído, adaptando-o ao um novo uso. Como em um dos primeiros exercícios de reconversão industrial da contemporaneidade, o museu D'Orsay, em Paris, uma antiga ferroviária fechada em 1973 que em 1986 foi reaberta com museu.

Verifica-se atualmente duas vertentes na reconversão industrial; uma motivada pelos interesses públicos que vislumbram nas obras obsoletas espaços potenciais para a socialização e para a cultura, e outra, motivada pelos capitais privados que tendem à habitação.

Pretextos econômicos e ecológicos também inferem sobre as reconversões. Como dito anteriormente, as construções industriais possuem uma formalização e uma execução que abrem possibilidades diversas aos novos usos, dentro desta premissa, é menos custoso construir a partir de um existente em boas condições (por mais que restauros sejam necessários), assim como ecologicamente o processo pode ser menos abrasivo pela reutilização de materiais já existentes.

Como observou Françoise Choay (1992 [2011], p.233), a reconversão é “a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do património”. É indiscutível que mudanças serão feitas nas bases do patrimônio industrial quando se opta pela reconversão (analisada aqui em pormenor por tratar-se da mais polêmica forma de intervenção), porém elas devem ser encaradas e justificadas no projeto como formas de salvaguarda memorial e espacial condizentes com as novas demandas das cidades. Reside aí a importância do estudo em geral para que se evite o caráter de museificação do objeto.

O TICCIH posiciona-se também frente as reconversões, considerando que “devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados” e ainda que “as novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização”. (TICCIH, 2003, p.8). Atesta-se aqui uma importante base teórica a ser explorada nas

proposições para a intervenção do objeto de estudo deste trabalho (a serem explanadas posteriormente).

Em termos da espacialidade volumétrica a ser adaptada ao patrimônio reconvertido, no livro *Construir en lo construido* de Francisco García, o autor enuncia três abordagens distintas e muito bem definidas para se entender as formas de ação existentes, sendo elas; a inclusão (o novo edifício estando dentro do primitivo), a intersecção (em que os dois têm um conjunto de pontos em comum) e a exclusão (quando o novo edifício não possui vínculos físicos com o antigo) (GARCÍA, 2001, p.87).



Museu Reina Sofia, em Madrid, Espanha. Exemplo de intersecção de reconversão por intersecção.



Museu Alemão de arquitetura, em Fraknfurt, Alemanha. Exemplo de intervenção de reconversão por inclusão.



O museu o pão, localizado em Ilópolis, Rio Grande do Sul, é um exemplo de intervenção de reconversão por exclusão.

Ainda sobre a construção de uma nova edificação, agora voltada à temática do patrimônio industrial, o novo edifício deve, de preferência, portar características que remetam à verdade do objeto original. Tal afirmação não significa que se deva realizar um pastiche, mas sim, levar em consideração elementos do preexistente que tornem coeso o conjunto como um todo. Em contrapartida, escolhendo adequadamente estes elementos, a inserção de uma nova linguagem e de materiais contrastantes, pode da mesma maneira, enriquecer o diálogo entre as estruturas. Trata-se de um jogo a ser orquestrado pelo arquiteto, que possui o papel de enaltecer à memória industrial a partir de suas escolhas.

Um dos exemplos nacionais de maior destaque é o Sesc Pompéia de Lina Bo Bardi. A arquiteta age sobre a parte exterior das estruturas existentes de maneira minimalista, porém no que diz respeito às novas construções, ousa na escala e na estética trazendo blocos de concreto aparente conectados por passarelas do mesmo material, que se dispõem espacialmente como esteiras horizontais de distribuição de grãos nos silos de armazenamento. É uma ilustração sublime da complexidade do projeto de intervenção frente a verdade industrial do espaço.

Percebe-se, no caso da arquitetura industrial, o crescente desenvolvimento de mecanismos para garantir sua existência e significância. Não tendo formulação ou projeção social semelhantes a outras tipologias arquitetônicas, é natural que o modo interventivo seja, também, diferente. Deve-se atentar ainda para a escala da intervenção que

pode descaracterizar o conjunto, causando um fenômeno de “disneyficação” muito visto hoje em dia em projetos deste tipo, consistindo basicamente na desmoralização da autenticidade do objeto em questão.

Na sequência, analisar-se-á a questão nacional frente ao patrimônio em geral, o panorama da industrialização no Brasil e a postura atual tomada frente ao que se possa ser considerado patrimônio industrial no país.. É também pertinente e necessário discorrer um estudo de casos de projetos de intervenção no patrimônio industrial, sendo para o estudo aqui realizado, uma premissa básica para exemplificar a *práxis* atual da temática discutida.



SESC Pompéia, em São Paulo. Obra da arquiteta Lina Bo Bardi. Destaque para as passarelas diagonais que relembram visualmente as esteiras horizontais que conectam o topo dos silos nos complexos industriais.

○ BRASIL FRENTE AO PATRIMÔNIO

O processo brasileiro em relação à salvaguarda patrimonial seguiu percursos que muitas vezes acompanhavam a ordem e os discursos do que se teorizava e praticava na Europa, porém com peculiaridades próprias, principalmente no que diz respeito à influência direta do movimento Moderno na institucionalização de tutelas patrimoniais. Foi na década de 1930 quando começaram a ganhar fôlego as discussões sobre a preservação dos bens artísticos e culturais no país pelos próprios arquitetos modernistas.

A motivação por trás de uma institucionalização voltada à proteção dos bens construídos ocorreu, principalmente, pelo pulsar da veia nacionalista da época e pela vontade de moldar uma nova imagem ao país. Com a participação de uma corrente de artistas e profissionais de diferentes áreas buscou-se uma “identidade nacional”, embasando a caracterização de um movimento que exaltasse a expressão artística brasileira. Neste quadro, das primeiras décadas do século XX, víamos no Brasil uma tendência a se rejeitar arquiteturas ecléticas e neocolonialistas por aqueles que compartilhavam dos ideais Modernos. Dá-se as costas desta maneira a um passado dependente da cultura europeia, por mais que ainda presente, e mergulha-se na autenticidade de um corpo de trabalho que revivesse traços históricos nacionais.

Com a promulgação das Constituições de 1934 e 1937, caminhou-se em direção à reorganização legislativa que oficializaria a proteção dos monumentos. Nesse sentido, em 1937 o Decreto-lei 25 é estabelecido e cria-se o SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, este decreto baseou-se em propostas para os meios legais que garantiriam a atuação do órgão Federal de preservação, como desonerar o Estado na tutela do patrimônio histórico, seja desvinculando o tombamento da desapropriação do bem, seja atribuindo ao proprietário a responsabilidade pela sua conservação, como já funcionava na legislação europeia.

O artigo 1 deste decreto preocupa-se em denotar o real conceito do patrimônio nacional quando afirma:

Art. 1. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico [...] (BRASIL, 1937)

Como citado anteriormente, retificando a importância do assunto, o “efeito Hasumanniano” da não conservação do entorno do ambiente inerente ao monumento entra em pauta no Artigo 18 deste decreto

mostrando que os impactos relativos à conservação do patrimônio se situam além do objeto em específico. É uma conduta que ilustra a preocupação da temática em território nacional e consolida a ideia de tutelar-se certos contextos urbanos não necessariamente “exemplares”, como segue:

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se nesse caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (BRASIL, 1937)

Ainda dentro do mesmo artigo, criou-se certa polêmica em relação a não especificidade de termos como “visibilidade” e “vizinhança”, abrindo discussões sobre a escala a que estes termos dizem respeito, podendo privar de maneira geral o direito de se construir em determinadas áreas. Apesar das diversas contestações jurídicas e da apresentação de novas propostas a respeito do tema feitas de 1940 a 1980, não foi efetivada nenhuma alteração ou complementação na legislação vigente. Isso abre portas para interpretações discordantes, dificultando um seguimento mais uniforme frente a aplicabilidade dos conceitos de preservação do ambiente urbano.

É fato, por mais que certas aberturas e fraquezas do Decreto-lei venham a dificultar uma concisão frente as políticas preservacionistas, que no Brasil o diálogo se mostrava fresco e preocupado com importantes questões debatidas no cenário internacional. Seja com a proposta de Prudente de Moraes Neto (relacionada a importância de se planejar, juntamente ao tombamento, planos urbanísticos complementares), ou a proposta de Rômulo Almeida em 1959 (apontando alternativas econômicas para viabilizar a preservação de conjuntos urbanos autossustentáveis com a participação de parcerias entre o setor público e o privado), por exemplo, reiterando debates mais abrangentes sobre a situação discutida, culminado em 1970, junto ao cenário internacional, aos novos entendimentos sobre a validação do patrimônio. (RUFINONI, 2009, P.165)

Cabe ressaltar também a postura do SPHAN frente às obras de intervenção; a postura do órgão brasileiro mostrou-se displicente em relação as diversas estratificações históricas dos monumentos e dos conjuntos urbanos, propondo por vezes, a recondução da obra ao seu estado original. A problemática aqui reside no fato de que o estado original geralmente era hipotético, pois o próprio conhecimento historiográfico da arquitetura e do urbanismo nacional era, de certa maneira, incipiente. Somado a isto a falta de um debate mais amplo sobre as soluções adotadas escureciam os debates públicos sobre o assunto, sendo restrito a um

pequeno número de profissionais da área, conflitando sobremaneira com a real esfera pública que o patrimônio possui.

Um fenômeno intimamente ligado ao processo de tombamento era a criação de áreas urbanas afastadas dos núcleos protegidos. Áreas que por sua vez se caracterizavam pela falta de controle no planejamento construtivo, criando assim cenários urbanos desconexos, sem relação entre o antigo e o novo - temática tão discutida no cenário internacional - facilitando os processos de dissociação espacial e exclusão sócio territorial.

Estas pontas soltas acabam por tangenciar alguns dos critérios que garantiriam a salvaguarda saldável do patrimônio urbano. Como já referenciado, a força do movimento Moderno na “criação” da imagem do monumento e sua ideologia facilitaram a mudança de direção de alguns assuntos levados mais criteriosamente no exterior, por mais que os princípios da *Carta de Atenas* de 1931 fossem conhecidos.

Segundo Rufinoni (2009, p.167) Lúcio Costa “assumiu a responsabilidade de conduzir as decisões técnicas e de cunhar métodos que progressivamente instituíram uma espécie de corpo doutrinário suficientemente flexível para abarcar os antagonismos teóricos”. Tal colocação tem forte importância na elucidação das questões singulares do quadro nacional, pois ao assumir esta “responsabilidade”, Lúcio Costa se coloca à frente das divergências em relação ao quadro internacional, dotando seu discurso de características nacionalistas que justifiquem as atitudes a serem tomadas frente a *práxis* urbana.

Acredita-se que muitas das decisões do SPHAN passavam pelo crivo do arquiteto, e é inegável uma postura de uma ideia de patrimônio e memória associada a certos panoramas e imagens históricas eleitas em detrimento de outras. Como resultado tivemos a destruição de muitas obras datadas a partir do século XIX (com exceção das obras do movimento Moderno em geral), e uma tardia mudança no conceito de patrimônio adotado pelo órgão que viria a ser, apenas recentemente, mais abrangente.

Considerando o panorama contemporâneo da expansão do entendimento sobre patrimônio cultural, vêm à luz questões interdisciplinares e integradoras que devem se tornar imprescindíveis para o esclarecimento da postura de patrimonialização dos bens.

Se no conceito entendido como patrimônio as questões sociais exercem grande peso, a participação pública na tomada de decisões também impera sobre o debate, assim como a compreensão mais ampla de diferentes formas construtivas dentro do contexto nacional. Conduz-se, dentro do instrumento chave do trabalho, a analisar na sequência, a formação industrial no país e a construção conceitual sobre o patrimônio industrial brasileiro.

○ PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NACIONAL

A partir do século XX (tendo em conta o processo industrial vivido nos países europeus durante os séculos XVIII e XIX), países do chamado “Terceiro Mundo” também passaram por processos de industrialização, como é o caso do Brasil. A marcante presença do Estado nacional neste processo junto com a influência dos poderes das empresas multinacionais, fizeram de alguns países da periferia do mundo de hoje potências industriais. Porém a decorrência de tais fatores não resultou necessariamente na melhoria de vida das populações dos citados países, ou até mesmo no desenvolvimento dos mesmos, visto que a dependência frente ao capital internacional gerou um ciclo de dívidas externas muito grande. As diferentes realidades nos processos de modernização da indústria estrangeira frente a nacional, também foi um fator problemático no período, sabendo que aquelas que aqui chegavam, por já serem relativamente modernas não geraram o número de empregos necessário para absorver a mão de obra cada vez mais numerosa que vinha do campo para a cidade.

Estes ocorridos fizeram com que as cidades passassem por processos de metropolização muito acelerados, não acompanhados de implantações de infraestruturas necessárias para o seu suporte. Gerou-se assim um dos maiores problemas de cidades que passaram por este quadro: o exacerbado inchaço urbano.

Segundo Azevedo (2010, p.14,15), o processo de produção industrial no Brasil pode ser dividido em quatro etapas; de 1500 a 1808 chamada de “Proibição”, quando “apenas uma pequena indústria para consumo interno era permitida, devido às distâncias entre a metrópole e a colônia. Eram, principalmente, de fiação, calçados e vasilhames”, e por mais que no século XVIII tenha existido um crescimento na indústria do ferro e têxtil, a corte agia de modo a proibir a possível expansão do setor pela ameaça da independência financeira da colônia; de 1808 a 1930 chamada de “Implantação”, onde “chega ao Brasil a família real e são abertos os portos ao comércio exterior sendo fixada uma taxa de 24% para produtos importados, exceto para os portugueses, que foram taxados em 16%.”, mostrando desta forma uma maior abertura frente as atividades comerciais por mais que restringidas e prejudicadas pela forte concorrência do mercado Inglês, resultando num crescimento industrial singelo.

O terceiro período, conhecido como “Revolução Industrial brasileira”, foi de 1930 a 1956, marcado pela Revolução de 30¹ e pela figura de Getúlio Vargas que “adotou uma política industrializante, com a substituição da mão de obra imigrante pela nacional. Essa mão de obra era formada em estados do Sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, em função do êxodo rural (fruto da decadência cafeeira) e de movimentos migratórios de nordestinos”. Nesta época viu-se

despontar o investimento pesado no setor industrial, e em todo o território nacional ocorrem mudanças urbanas, políticas e sociais influenciadas pelo crescimento da indústria.

O quarto período entendido pelo que passamos dos anos de 1956 até hoje, é o chamado de fase de “Internacionalização”. Com início no governo de Kubitschek e seu “Plano de Metas”, baseado na ascendência da produção de energia, na construção de inúmeras rodovias e no crescimento da indústria de bens de produção (siderurgia, metalurgia, construção naval, farmacêuticos, dentre outros), com o pesado investimento estrangeiro no país e a subsequente implantação, em grande escala, das empresas multinacionais, como citado previamente. Esse quadro, que perdura até hoje, passando ainda por períodos de crescimento econômico exacerbado como na ditadura, ou mesmo com a implantação do Plano Cruzado de José Sarney em 1986, mostra que o crescimento industrial do país é ainda muito recente e aconteceu de forma muito brusca.

Cabe agora ao país, a necessidade de se trabalhar dentro do quadro nacional, com a criação de tecnologias de ponta brasileiras, assim como entender a cidade hoje em dia como fruto da mudança deste setor, entendendo sua herança histórica, e planejando ações para as áreas industriais que já não servem para os fins de produção.

Esta reflexão enquadra-se no entendimento do patrimônio industrial, e ainda mais, na formação desta ideia com bases nacionais

próprias. Os princípios formadores do patrimônio industrial, como produto da abrangência do entendimento do conceito sobre patrimônio já foi discutido aqui anteriormente. É importante, porém, adentrar o território nacional perante tal caso.

Para entender mais a fundo os processos de industrialização, uma análise do meio social e econômico também se coloca como parte fundamental do discurso. As influências mútuas sofridas por estas configurações e seus aspectos reflexivos nas organizações responsáveis pelo desenvolvimento do setor industrial brasileiro, podem ser entendidas a partir do desenvolvimento global da inserção da arqueologia industrial na história regional e brasileira principalmente na década de 1970. O surgimento de escolas como por exemplo, a de Minas de Ouro Preto, e a chegada de profissionais recém-formados nas escolas internacionais e nacionais, trazem uma nova visão a respeito sobre o entendimento patrimonial no cenário nacional.

Porém devido a inúmeros fatores, existem muitas questões em aberto quando consideramos a conduta da sociedade (assim como a de profissionais da área) em relação a este tipo de patrimônio. O pioneiro tombamento pelo IPHAN, em 1964, do conjunto formado pelos remanescentes da Real Fábrica de ferro de São João de Ipanema no município de Ipero (Processo 0727, Arquivo Noronha Santos, Rio de Janeiro; Cunha, 2005: 107-108), é trazido por Beatriz Mugayar Kühl (2010, p.1) como

um fato de grande importância no cenário nacional, podendo antever caminhos pioneiros para a arqueologia industrial no país, mas que porém, ações de mesmo cunho desta tardaram muito a acontecer, enfraquecendo a construção mais sólida de uma tutela oficial de bens vinculados ao processo de industrialização.



As ruínas da Real Fábrica de ferro de São João de Ipanema. Ipero

Temos presente principalmente no estado de São Paulo e em alguns estados do nordeste do país como a Bahia, atualmente, uma preocupação mais acentuada frente a questão do patrimônio industrial. Isso se deve ao fato de que nos dois casos o passado industrial é vasto e exerceu um enorme impacto nas mudanças urbanas. Na cidade de São Paulo, hoje temos um polo referência na atividade intervencionista contemporânea nos espaços fabris, e na Bahia, estudos ligados ao passado açucareiro brotam e teorizam questões importantes sobre um passado longínquo focado na arqueologia industrial.

O TICCIH no Brasil foi fundado em 2004, sendo desde então, uma organização pouco atuante se comparada com o TICCIH na Espanha, onde existe uma maior articulação, desenvolvimento e ação dos seus dirigentes e colaboradores. Os congressos nacionais que tratam do tema deste patrimônio no país ainda são poucos, e até mesmo o site do TICCIH no Brasil ainda não está formatado completamente, dificultando a busca específica do assunto no contexto nacional.

Relativizando a problemática para o Sul do país, são poucas as ações frente ao patrimônio industrial. Academicamente vemos um crescimento no debate dos assuntos relativos ao patrimônio em si mais voltados à região (ainda embrionários e desconexos), porém, no caso industrial falta ainda uma discussão mais específica sobre o assunto, como falta também entender as diferentes formas industriais implantadas aqui. Poder-se-ia, assim, abrir ainda mais o panorama do discurso patrimonial a áreas relativas, por exemplo, à agroindústria ou à indústria têxtil.

ESTUDO DE CASO

Encaradas as abordagens existentes face aos problemas decorrentes da obsolescência, e compreendido o papel e a presença que a reconversão assume na sociedade de hoje, revela-se oportuna a análise de casos reais. Pretende-se, pois, dissecar a sua pertinência e as possibilidades geradas pelo ato intervencionista frente ao património industrial.

Foram escolhidas obras que possam mostrar diferentes abordagens frente a temática, levando em consideração as dinâmicas individuais dos quadros intervencionistas, assim como a maleabilidade apresentada pelas estruturas industriais frente as mais diversificadas propostas. É importante discutir e analisar as tomadas de decisões frente a estas estruturas perante todo o acervo teórico discutido neste trabalho, identificando como questões memoriais, de valor e autenticidade, dentre outras, foram lidadas em cada caso, e como o resultado final conversa com o sistema urbano atual.

As análises individuais serão feitas de forma breve, atentando ao histórico de implantação dos complexos fabris analisados, o que ocorreu com seu uso no decorrer do tempo, e o projeto de intervenção frente a estes parâmetros assim como os resultados finais das obras.

THE FACTORY – RICARDO BOFILL

Ricardo Bofill, em 1973, descobriu a estrutura de uma antiga fábrica de cimento (construída na virada do século), em Barcelona na Espanha. A riqueza espacial e a complexidade da antiga fábrica instigaram o arquiteto a repensar o uso do espaço e posteriormente transformá-lo em um escritório de arquitetura, um estúdio e sua residência.

Bofill é um arquiteto catalão, um dos mais renomados arquitetos da Espanha, e segue uma linha de trabalho pós-moderno¹ aliado à sua produção teórica que se volta as questões da relação da arquitetura e da cidade, temática comum na produção arquitetônica pós década de 1960 no embate crítico às ideias do movimento Moderno.

Adicionando elementos clássicos a sua obra, o arquiteto mescla formas e estilos num emaranhado de ideias que travam um diálogo sobre o fazer arquitetura. Seu escritório conta com a presença de diferentes profissionais, como matemáticos, filósofos, sociólogos e escritores, fato este que demonstra o caráter da crítica pós-moderna da arquitetura como disciplina aliada a outros ramos do conhecimento (interdisciplinaridade).

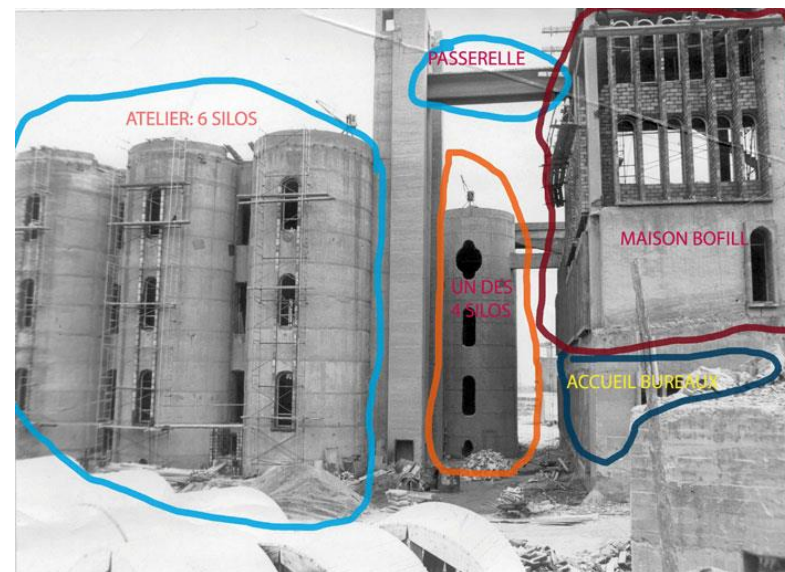


Início das reformas. FONTE: yatzer.com cortesia de Ricardo Bofill

Composta por mais de 30 silos de concreto armado, a estrutura industrial contava ainda com enormes salas subterrâneas e uma série de acessos que levavam a lugares que pareciam perdidos no tempo e no espaço. As volumetrias traziam a aura monolítica e crua típica de muitas edificações industriais, abrindo-se para possibilidades interessantes de novos usos e ocupações. Vendo isto, o arquiteto decide comprar o lugar com seu capital próprio e pelo período de dois anos inicia os trabalhos de intervenção.

A decisão inicial, de grande importância quando se trabalha com este tipo de estrutura, foi delimitar com exatidão o que demolir, o que manter e o que mudar da originalidade do projeto. Uma “limpeza” espacial

foi executada, procurando-se eliminar paredes e vedações que acabavam por comprometer a visualização das partes mais significativas e fortes do complexo, para que ganhassem mais destaque, potencializando assim a robustez do projeto.



Espacialidade base. FONTE: yatzer.com cortesia de Ricardo Bofill

Um dos destaques é a parte paisagística da intervenção. Ares lúdicos e ao mesmo tempo imponentes ganham espaço com a nova conformação vegetal gerando uma espécie de atmosfera florestal ao complexo. Desta maneira, ele se faz imerso em uma realidade quase fantástica, flertando com conceitos do sublime e do fantástico, potencializando características singulares intrínsecas à originalidade do local.



Detalhe do projeto paisagístico e fachada frontal. FONTE: archdaily.com

Os elementos originais são dotados de características surrealistas e brutalistas, seja pela exposição do material em sua forma natural, ou pela espacialidade de elementos como escadarias que pairam sobre vazios e levam a lugar algum, dando uma tônica subjetivista ao conjunto no que diz respeito à delimitação de funções e áreas.

No novo programa oito silos permaneceram, os quais se tornaram escritórios, um laboratório de modelos, arquivos, uma biblioteca, uma sala de projeções e um espaço gigantesco conhecido como "A Catedral", utilizado para exposições, shows e uma vasta gama de funções culturais ligadas às atividades profissionais do arquiteto.

A área onde se encontra o conjunto hoje é de notória importância, isso porque juntamente ao lote da antiga fábrica, Bofill realiza um de seus projetos mais comentados; o Walden7 (1975), um enorme conjunto

habitacional, de forma monolítica, lembrando alguns trabalhos de Louis Kahn ou até mesmo as Casbahs do mediterrâneo árabe. O conjunto aborda grande parte dos problemas da vida urbana moderna, e conta com a presença de espaços e jardins públicos para que os residentes possam desfrutar de uma melhor qualidade de vida.



Em cores à esquerda o Walden7 e a direita a antiga fábrica de cimento e seus jardins. FONTE: Google Earth

Em sua totalidade a obra analisada diz muito sobre as premissas do arquiteto. Questionou a racionalidade moderna indo contra os princípios de funcionalidade espacial (forma segue a função). Fez uso de um complexo industrial para um edifício residencial e de escritório, mudando drasticamente sua escala de uso, implantando ainda aberturas que fazem referência às igrejas do Gótico e criou um grande conjunto habitacional quase acoplado à antiga fábrica, de proporções quase desmedidas.

A contradição é um fator usado a favor do engrandecimento do conjunto por seu autor. Apesar do fato de ser plausível a indagação de uma série de decisões, ainda mais pelo tamanho exacerbado do espaço para servir a um uso privado, ou ainda do questionamento sobre a real aplicação da escala para seu uso diário, a dinâmica espacial da quadra foi totalmente alterada por suas obras.

O resultado final abarca questões importantes acerca da ação intervencionista em edificações industriais em desuso, justamente por entender a estética inicial do projeto e levar em consideração as delicadezas da materialidade da obra. Em contrapartida, a história da antiga fábrica de cimento acaba por residir na materialidade espacial apenas, quando as relações urbanas que poderiam ser exploradas devolvendo-se o conjunto ao uso público para uma rememoração mais democrática acabam por não acontecer.



O interior do ateliê de arquitetura e a amplitude da escala no espaço. FONTE: archdaily.com

CONJUNTO KKKK – BRASIL ARQUITETURA

A cidade de Registro em São Paulo passou por diferentes processos de colonização baseados, até o século XX, na extração de minérios no rio Iguape. A chegada da primeira colônia japonesa no local é datada do início do século XX. A Companhia Ultramarina de Desenvolvimento KKKK, filial da Cia. Imperial Japonesa de Imigração foi a responsável pela introdução das famílias japonesas na região de Iguape, através de um contrato que data de 8 de março de 1912 entre o governo de Albuquerque Lins e o Sindicato de Tóquio.

Com a guerra, o desestímulo da vinda de japoneses ao Brasil se tornou uma realidade, e nos anos 1940 a tentativa de colonização voltou à estagnação e à dispersão. Hoje a cidade guarda muito pouco de suas origens, restando apenas algumas habitações construídas no início do assentamento dos imigrantes e o conjunto KKKK.

Este conjunto foi instalado no início da colonização japonesa para subsidiar atividades industriais e produtivas na colônia. Foram construídos quatro armazéns e um engenho de beneficiamento de arroz (era considerado, na época, o maior da América do Sul – tinha capacidade para beneficiar 14.400 kg (240 sacos) de arroz por dia). O funcionamento do local se deu até o ano de 1939, quando novamente, por motivos de guerra, fechou as portas junto à dissolução da empresa.



O conjunto KKKK na década de 1920. FONTE: SEGAWA, 2002

Em 1989 a prefeitura comprou o prédio, na mesma época que foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Foi na década de 1990, quando o arquiteto Marcelo Ferraz aceitou o convite de Lina Bo Bardi para representar Pietro Maria Bardi em um evento em um dos galpões do conjunto KKKK, que Ferraz reconheceu o enorme potencial do espaço para uma possível intervenção.

Quatro anos após a visita, com muito diálogo entre as partes do escritório Brasil Arquitetura e a prefeitura local, foi firmado o projeto de intervenção que propunha fazer do conjunto um centro de capacitação de professores, junto de um memorial à imigração japonesa. Muito se batalhou por parte dos arquitetos do escritório para que a parte museológica do programa fosse consolidada, já que a Secretaria de Educação local mostrava interesse apenas na parte da capacitação profissional dos

professores. Porém no fim dos diálogos foi cedida a parte reivindicada para o fim da rememoração histórica da imigração.

A estrutura arquitetônica do espaço contava com quatro galpões geminados de 12m x 22m, separados por um corredor de 3m de largura. Têm cobertura em duas águas e alvenaria portante de tijolos cerâmicos e esteios de ferro. A edificação destinada ao engenho do beneficiamento de arroz possui três pavimentos marcados pelas fachadas e o mesmo sistema construtivo dos galpões anexos.



Conjunto KKKK na década de 1990. FOTO: Marcelo Ferraz.

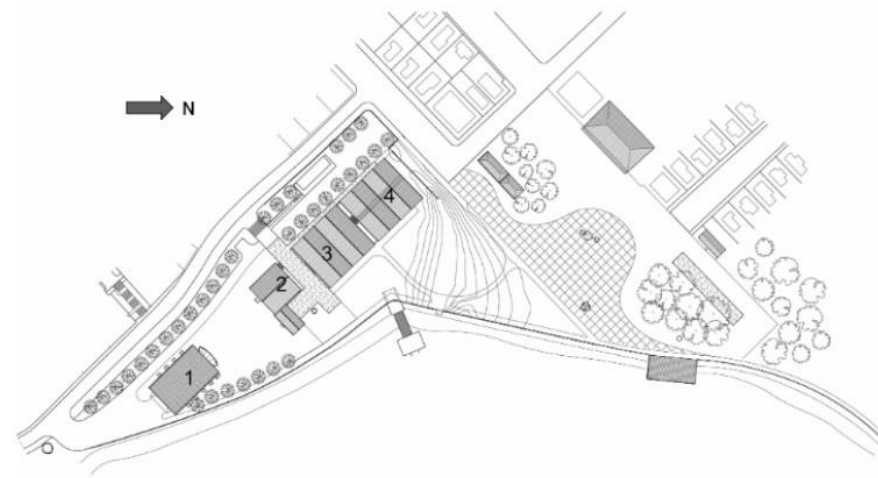
A tomada de decisões sobre construção e demolição segue muito das premissas básicas do artigo 11º da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964 p.3) que diz:

As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se

é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Argumentando sobre algumas dificuldades sobre a real identificação dos elementos que realmente eram originais ou não do projeto, os arquitetos justificam suas tomadas de decisões quanto à demolição de certas partes da obra, de maneira a reiterar a importância da liberação de fluxos entre os espaços de maneira a exaltar as partes mais significativas do conjunto, retirando rebocos que escondiam a originalidade dos tijolos de alvenaria portante, “limpando” a estrutura e conformando um espaço mais significativo em relação as suas raízes.

O programa distribui-se em quatro partes básicas, sendo os galpões (3 e 4) subdivididos em duas partes cada (4 galpões no total), como se pode ver na implantação da intervenção a seguir. A construção assinalada pelo número 1 diz respeito ao teatro e auditório (nova construção), a de número 2 (antigo engenho de beneficiamento de arroz) abarca o museu da imigração japonesa. No número 3 e 4 temos a divisão entre K1 e K2 (3), e K3 e K4 (4), que acolhem o espaço de capacitação profissional de professores, convivência e uso múltiplo:

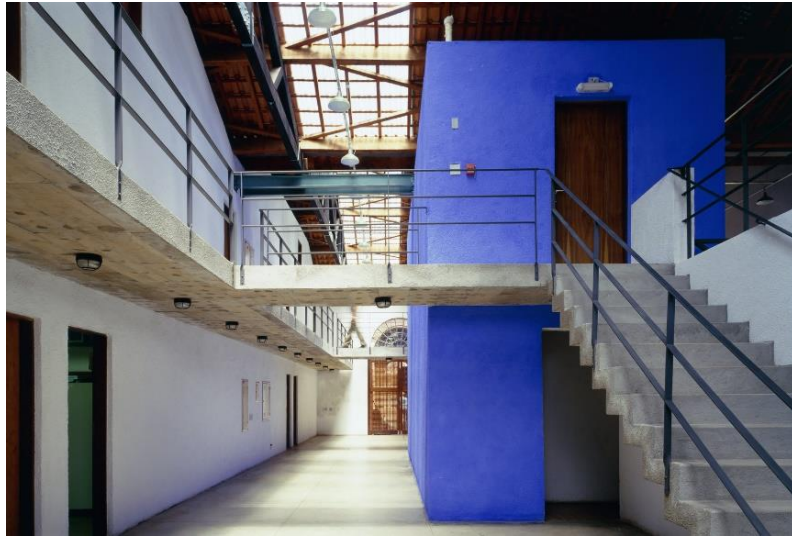


Implantação. FONTE: Acervo do escritório Brasil Arquitetura

No que diz respeito às plantas das partes já existentes e históricas do conjunto, o trabalho deu-se por demolir paredes que separavam os galpões, desta forma ampliando o espaço, mantendo os pilares de sustentação e adicionando outros para assegurar a solidez estrutural do conjunto. Um mezanino também foi implantado por sobre as salas de aulas, de concreto aparente, contrastando com o tijolo à vista.

Características muito similares podem ser verificadas na obra de Lina Bo Bardi no SESC Pompéia, o que faz sentido sabendo que Marcelo Ferraz já trabalhou com a arquiteta no início de sua carreira. De certa forma pode-se dizer que o espaço gerado pelos arquitetos no conjunto KKKK formam um tipo de microcosmos do que é a obra da arquiteta italiana na cidade de São Paulo, se analisadas as espacialidades provenientes do ato intervencionista. Refere-se principalmente à tomada de decisões quanto a

utilização dos galpões que muito se assemelha às espacialidades resultantes nos galpões do SESC Pompéia, seja pelo respeito da estrutura formadora do galpão industrial, seja pelo acréscimos das peças leves em concreto aparente.



O K1 com destaque para o mezanino em concreto armado. FONTE: Acervo do escritório Brasil arquitetura.

Outro elemento de destaque na intervenção, cuja temática anda por sobre uma tênue linha referente a sua real otimização, é a iluminação artificial. Tênué pois seu uso pode ressaltar a edificação construída, ou se tornar apenas um adorno que faz do monumento um espetáculo visual. No projeto a iluminação artificial interna se comporta com leveza e faz das aberturas um quadrante de destaque que vaza luz para a área externa num interessante jogo de luz e sombra. Aqui a iluminação alia-se a estrutura e

como afirma Françoise Choay (1992 [2011], p.215) em “Alegoria do Patrimônio”:

A luz artificial tira um grande partido da sombra, fazendo que dela surjam figuras impolutas, formas jamais vistas, topografias desconhecidas. Esse artifício, cujo defeito não desprezível é suprimir o peso da obra arquitetônica, revela outra dimensão do monumento, poética ou transcendente.



Iluminação do conjunto KKKK pós intervenção. Fonte: acervo Brasil Arquitetura.

Na parte exterior um dos elementos de maior destaque da intervenção é a cobertura em laje plana de concreto armado e aparente que circunda e conecta fisicamente os galpões ao antigo engenho. Sutilmente o elemento amarra o conjunto antigo e contrasta esteticamente com o mesmo.

Muito se pode analisar sobre esta premissa que subverte e toma partido, ao mesmo tempo, da tradição paulista dos mestres modernos de abarcar o programa de forma geral. Enquanto estes o faziam por meio de amplas coberturas que geram espaços centrais livres, aqui vemos esta prerrogativa do lado externo do projeto com a criação do elemento de cobertura já citado.

Um dos grandes destaques da obra de Marcelo e Francisco, fica por conta da nova edificação construída na ponta mais distante do lote. O teatro-auditório possui uma linguagem muito discrepante esteticamente do conjunto original, porém, em termos de escala, é respeitosa com este, exercendo um importante diálogo sobre o novo e o antigo.

Um elemento muito interessante desta nova edificação, que quebra a opacidade branca do prisma de concreto, são os muxarabis implantados na entrada do espaço. Rememorando às tradições nacionais tão utilizadas por Lúcio Costa e os irmãos Roberto durante o movimento Moderno. Os painéis marcam a entrada do espaço, reafirmando as premissas sobre os contrastes tão presentes nas obras de intervenção do Brasil Arquitetura.

Como resultado final, a intervenção no conjunto possui um significado muito importante e histórico para o local de sua implantação. As dificuldades de se conseguir realizá-la engrandecem o partido dos arquitetos e o objeto final muito nos diz sobre seus trabalhos a respeito da conservação da memória e das decisões atuais de projeto que foram tomadas.



A esquerda o contraste dos volumes novo e antigo (Fonte: novonucleo.com.br) e a direita o detalhe dos muxarabis do acesso do teatro-auditório (Fonte: acervo de Patricia Viceconti).

Atualmente o espaço não possui o uso planejado integralmente, os galpões não são mais usados para o programa de capacitação profissional de professores por desinteresse dos órgãos públicos e hoje abrigam oficinas e espaços de ensino do Sesi.

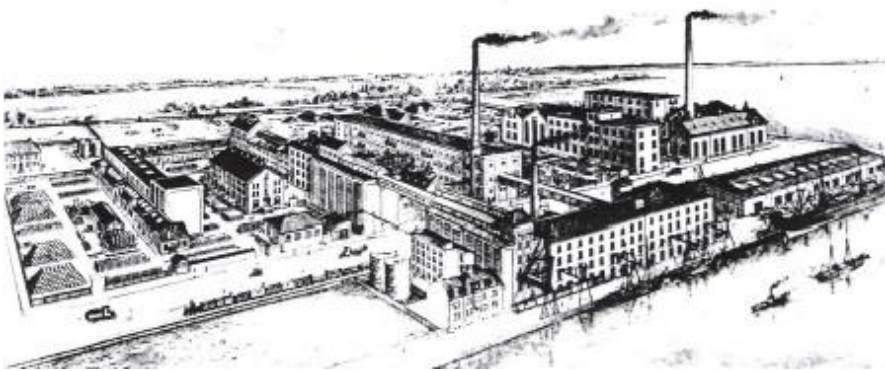
A parte museológica do projeto apresenta algumas falhas no que diz respeito a divisão do programa no antigo engenho. Com o crescimento do acervo do museu o segundo pavimento foi absorvido para esta função, quando os dois pavimentos dedicados inicialmente para este fim (térreo e segundo pavimento) estão separados pelo pavimento das obras de arte. O conjunto também apresenta deficiências nos espaços suplementares ao público, como sanitários no museu; os que existem servem somente para atender os funcionários. Ademais o intuito de preservação histórica unido as decisões projetuais formam um escopo interessante de análise que possui uma riqueza de grande escala quando se trata da reurbanização e ressignificação da memória do local.

FROSILOS, RESIDÊNCIA GEMINI – MVRDV

O projeto localizado no bairro conhecido como ilhas Brygge, em Copenhague, Dinamarca, é de autoria do escritório MVRDV que interviu em uma antiga estrutura de silos de concreto armado para implantar apartamentos residenciais.

O local, até a década de 1880, costumava ser apenas mar, quando as forças armadas viram potencial em drenar toda a superfície para implantar um centro de treinamento de tiro. O porto na época se encontrava superlotado e acabou por migrar para esta mesma região, a partir daí começaram a surgir na área edificações industriais e habitações para o operariado.

Um dos grandes destaques construtivos nas ilhas Brygge era a Dansk Soyakage Fabrik, ou Fábrica de Soja e Ração Dinamarquesa. Esta unidade era, à data, o maior empregador na área; em 1950 empregava cerca de 1200 trabalhadores.



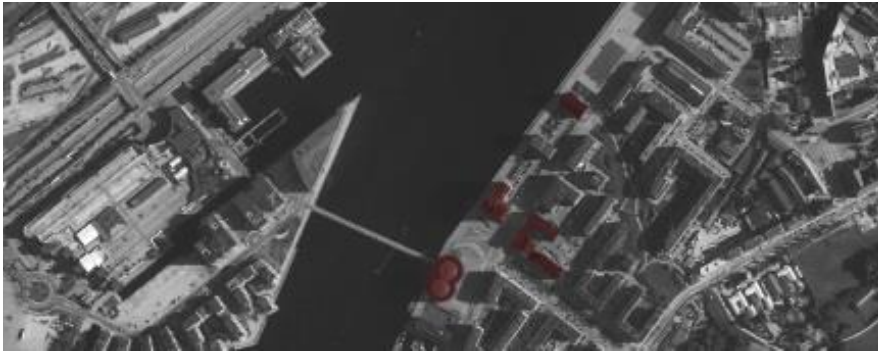
O complexo fabril em 1916. Desenho de Franz Sedivy.

Sua localização era privilegiada, frente à principal fonte de recursos hídricos, fomentando as atividades comerciais da área. Entre 1918 e 1921 foram construídas novas partes, com o objetivo de expandir a sua capacidade produtiva, ganhando assim uma nova disposição territorial. Estas adições seguiram a mesma linguagem arquitetônica do edifício original (tijolo à vista).

Na década de 1960, o conjunto recebeu a adição de novas estruturas que marcariam a paisagem do bairro; um silo de 56m de altura (silo Wennberg), e outros dois de aspecto sóbrio e cru divergindo do conjunto existente (Frosilos), com 39m de altura e 25m de diâmetro.

Estes últimos dois, de concreto armado e aparente, trouxeram na estética crua de seu material, o intuito de deixar claro a evolução na técnica construtiva das edificações industriais (contrastando com os tijolos à vista da roupagem anterior da fábrica).

Em 15 de julho de 1980 deu-se uma explosão interna no conjunto que danificou fortemente o fluxo produtivo da fábrica, acabando por gerar seu fechamento em 1991. Com isto, o interesse imobiliário na área ferveceu devido a qualidade da vista disposta no local. Foi realizada uma divisão de lotes separando espaços do antigo conjunto (aqui já vemos os interesses da especulação sobre a totalidade da área, fragmentando-a e consequentemente apagando traços que identificavam o conjunto como unidade). Partes da fábrica foram destruídas, por se encontrarem num estado de ruína ou por questões de salubridade, restando cinco construções: o núcleo de produção inicial e um silo construídos em 1909, e os três outros silos, acima descritos.



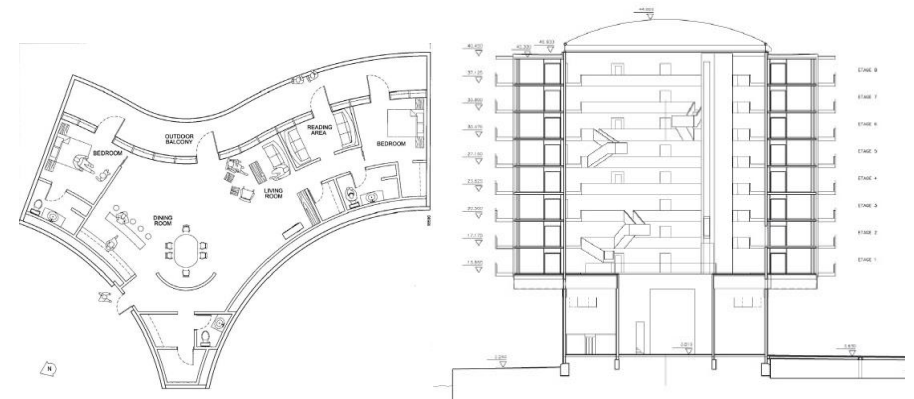
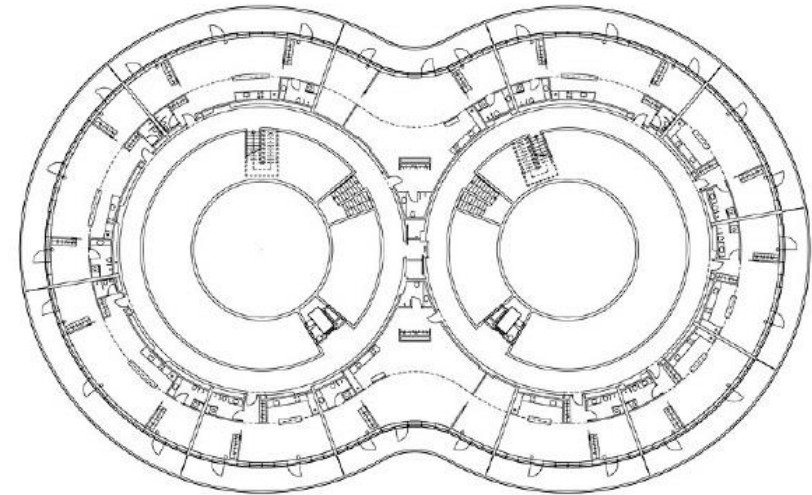
Em vermelho os edifícios restantes e reconvertidos. FOONTE: google Earth.

Dentro dos projetos realizados (pela divisão de lotes os projetos realizados na área foram feitos por diferentes escritórios e não dividem uma unidade de conceito, por mais que coabitem o mesmo espaço histórico), destacam-se quatro; os Frosilos, adiante analisados; o projeto no silo Wennberg também residencial com assinatura de Tage Lyneborg; o silo mais antigo que tornou-se um edifício de habitação coletiva pelo atelier PLH; e a parte produtiva da fábrica que sedia hoje a Sede da Sociedade Dinamarquesa de Medicina, projeto do mesmo atelier.

Os quatro projetos possuem premissas interessantes, e seus programas muito dizem sobre a especulação imobiliária do local. O escolhido aqui para análise, traz um partido único no que diz respeito às intervenções neste tipo de estrutura.

A planta baixa chama atenção pela premissa adotada no projeto; pela dificuldade em se fazer rasgos grandes e aberturas nas paredes de concreto armado, de modo a garantir qualidade de iluminação e ventilação

para as habitações, o escritório MVRDV, opta por circundar os dois silos por panos de vidro paralelos às linhas originais, afastados em 8,7m, delimitando os apartamentos com as paredes de fundo dos cilindros de concreto, deixando a parte interna como área social e de circulação dando entrada para os apartamentos.



Planta baixa geral, abaixo a planta baixa de um apartamento e ao lado o corte do edifício.

Em termos de aproveitamento do potencial paisagístico do local, somado com a amplitude de iluminação e ventilação, a estratégia para o tipo residencial é uma saída inteligente. A parte central dos silos, livre de obstáculos visuais (tirando alguns jogos de escada que se sobressaem ao centro do volume), mantém a característica antiga e monolítica do cilindro de concreto como espacialidade apenas.

Isso, pois, outro detalhe que chama atenção é o revestimento das paredes centrais desta parte interna; chapas metálicas onduladas lacadas em branco fazem um jogo de profundidades com chapas do mesmo material pintadas em preto, cobrindo totalmente o concreto aparente da originalidade da obra.

O resultado final no geral diz muito sobre a conduta do escritório, sempre apelativo à imagem do objeto construído com muito refinamento nos acabamentos, formando um ambiente quase esterilizado que pouco conversa com a materialidade estética industrial que os silos possuíam.

A memória material parece perder seu valor como significação do espaço, dando lugar a uma edificação cujos os menores apartamentos (90m²) valem 445.000,00 euros, um duro golpe da especulação imobiliária que mais uma vez passa por cima de valores históricos, que também acabam por ser questionados, como cita o arquiteto português José Miguel Pereira do Santos (2013, p.109) em sua tese de doutorado:

É defensável, porém, que este edifício em concreto tem um valor patrimonial de menor importância. Tratam-se de

35/40 anos de existência, sem características formais, estruturais ou materiais capazes de sustentar uma musealização ou reconversão que mantivesse a sua imagem, também pelo facto de serem em betão, cuja durabilidade é relativamente reduzida.



A esquerda o interior dos silos como espaço de circulação (detalhe para a semelhança estética com o projeto de Frank Lloyd Wright para o Guggenheim em Nova York). A direita a fachada externa do edifício. FONTE: Pinterest.com

Tal argumento, devido à importância histórica do local onde a antiga fábrica foi implantada, além de sua própria relevância, abre uma série de questionamentos que envolvem a temática da conservação e intervenção no patrimônio industrial. Admitir que as tomadas de decisões no projeto analisado são justificáveis pela hipótese de se tratar de um edifício com “um valor patrimonial de menor importância”, é negar a importância de se reconhecer o patrimônio industrial da era moderna. Reitera-se a postura necessária dos profissionais de arquitetura na conduta frente as novas questões de patrimonialização, entendendo a ampliação conceitual vivida a respeito do tema nos últimos anos.

Deve-se compreender, analisando o caso estudado aqui, a importância que tal formação fabril teve para as mudanças urbanas do bairro, o que o legitimam como patrimônio, ao meu ver, e que pedem por condutas mais respeitadas espacial e memorialmente.

Ainda sobre novos adendos aos silos, a proposição de uma cobertura de material plástico resistente a altas tensões funciona como claraboia e ilumina o espaço interno. Funcionalmente o elemento cumpre um importante papel, porém, esteticamente, seu formato elíptico se sobressai na paisagem afetando a real escala dos cilindros de concreto, gerando um tipo de coroamento ao edifício que vem a parecer um pouco afetado.

O acesso térreo é um dos únicos pontos onde a materialidade do concreto aparente foi mantida, gerando um contrapeso com a estrutura envidraçada dos apartamentos, chegando a um objeto final que pela junção de escolhas é pesado e camufla o real sentido de sua existência. O que era opaco agora é transparente e o que era cru agora é plástico e texturizado. As tomadas de decisões no projeto levam a um edifício rebuscado com apartamentos qualificados ambientalmente para seu fim. Abre-se mão, porém, da história que o espaço tinha a contar, começando desde a fragmentação do complexo fabril como um todo. A especulação imobiliária torna-se o agente principal, e o patrimônio industrial uma simples questão de pouco peso e importância na ressignificação urbana.



A esquerda uma vista ao topo do interior dos silos e a direita uma imagem da lateral externa do edifício que mostra a descaracterização da escala original do objeto industrial. FONTE: <http://flickrhivemind.net>

CONCLUSÃO

O estudo sobre a evolução do conceito patrimonial no decorrer do tempo aponta para novos aportes relacionados à postura frente as preexistências urbanas. Identificar os valores que constroem uma sociedade culturalmente, assim como as relações territoriais e sociais que se formam no espaço urbano, moldam os valores do patrimônio, seja ele material ou imaterial.

Sensível é o estudo a ser feito em relação a tais fatores para esclarecer a compreensão da importância de marcos na história de um município. Adentrar esta questão exige uma análise intrínseca que busca fundos memoriais para se fazer sólida e ditar, desta forma, diretrizes para se pensar em ações intervencionistas.

A reconversão, após o estudo abordado no presente trabalho, ganha singular significância quando tratamos de bens arquitetônicos que marcam a paisagem urbana e o inconsciente das pessoas. Os meios de recuperar tais memórias espaciais ressignificando espaços na contemporaneidade podem ser diversos, mas não escapam da tônica do diálogo a ser travado sobre o passado e o presente. A cautela exigida para se inferir novos usos ou funções no que antes abarcava programas específicos deve ser levada em consideração. Não devemos tomar partido apenas da temporalidade para validar um patrimônio histórico, por mais breve que sua história seja.

Assim como não devemos propor, de maneira superficial, funções que venham a descaracterizar os objetos analisados, ou apagar a memória que ainda exercem no meio urbano.

O antigo complexo fabril “Rações Barriga Verde” na cidade de Chapecó é um destes casos onde a real importância encontra significado para além da temporalidade. Usar sua espacialidade a favor de propostas que possam explorar novas vivências agrega valor à sua singular implantação e formatação volumétrica, assim como explorar a memória dos espaços de trabalho ajuda a reavivar o âmago da produção presente no patrimônio industrial.

Especular diferentes propostas arquitetônicas que não se restringem às funcionalidades espaciais baseadas na racionalidade podem abrir horizontes no caminho das intervenções no patrimônio urbano. Cabe ao arquiteto pensar as possibilidades que tragam à cidade sua memória afetiva já esquecida na malha contemporânea, propondo novas formas de uso que potencializem a materialidade e espacialidade das preexistências. Afirma-se aqui o intuito de fazê-lo aplicando estes conceitos no projeto a ser efetivado no projeto de TCC2.

BIBLIOGRAFIA

- CHOAY, Françoise, “*L'Allégorie du patrimoine*”, 1992, Edição brasileira “A Alegoria do Patrimônio”, UNESP 2011.
- BELLANI, Eli Maria. *Santos Marinho e Passos Maia: a política no Velho Chapecó (1917-1931)*. Chapecó: Litoprint Editora, 1990.
- RECH, Daniella. *Leis e planos urbanos na produção da cidade: o caso de Chapecó, SC*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2008.
- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Chapecó de 1974*. Chapecó, 1974.
- ZENI, Vera L. F. *Desenvolvimento de cenários visando a mitigação de impactos ambientais em rios urbanizados: o caso do rio Passo dos Índios – Chapecó – SC*. (Dissertação Mestrado) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó, 2007.
- SIGNA, Boncompagno. “*Rhetorica novíssima*” ap. Jacques Le Goff in A.A.V.V., Enciclopédia EINAUDI, Volume 1 – Memória, INCM, 1997
- MAGALDI, Cássia. *O público e o privado: Propriedade e interesse cultural in O direito à memória – Patrimônio histórico e cidadania*. Departamento do patrimônio Histórico de São Paulo, 1992
- GALRÃO, Inês Filipa das Neves. *Diálogo Entre Memória e Contemporaneidade: Uma Proposta de Reconversão do Convento e Fábrica de São Paulo, em Vila Viçosa, num Centro de Artes, Cultura e Residência para Artista* - (Dissertação Mestrado) - LISBOA, 2013.
- CHOAY, Françoise, “*Patrimoine en questions : Anthologie pour un combat*”, São Paulo: Fino Traço, 2011
- RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e Restauro Urbano: Teoria e Prática de Intervenção em Sítios Industriais de Interesse Cultural* – (Dissertação Doutorado) – São Paulo, 2009
- RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumento*, Tradução por Ana Pérez López, Madrid: Visor S.A, 1987
- Documento de Nara sobre a Autenticidade* (1994), Centro de Documentação da Unesco-ICOMOS, Fevereiro de 2007
- PAOLI, Maria Célia. “Memória, História e Cidadania – O direito ao passado” in “O direito à memória – Patrimônio histórico e cidadania”. Departamento do patrimônio Histórico de São Paulo, 1992.
- FRAMPTON, Kenneth; *História Crítica da arquitetura Moderna*. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- SILVA, Ronaldo A. Rodrigues da. *Arqueologia Industrial E Patrimônio Industrial: “Novo” Enfoque À Memória Cultural*. v. 2, n. 2, 2009
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitectónico e Arqueológico, Patrimônio Arquitectónico — Geral, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2010 (Kits - patrimônio, nº 3, versão 1.0)
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. “Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória” in MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO - vol.II no 22 1 - jan/jun de 2009.
- TICCIH. *Carta De Nizhny Tagil Sobre O Patrimônio Industrial. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*, Julho de 2003.
- DOS SANTOS, José Miguel Pereira. *Arquitectura industrial, da obsolescência à reconversão* – (Tese Mestrado) - Porto, 2013
- GARCIA, Francisco. *Construir en lo construido : la arquitectura como modificación*, Ed. Nerea, Madrid, 2001.
- BRASIL. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro e 1937.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. *O patrimônio industrial no Brasil*. São Paulo, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação*, São Paulo, 2010.

ICOMOS, *CARTA DE VENEZA*, Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, 1964. Traduzida ao português, Lisboa, 1965.

RODRIGUES; CAMARGO, Angela Rösch e Mônica Junqueira. *O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo* in “O direito à memória – Patrimônio histórico e cidadania”. Departamento do patrimônio Histórico de São Paulo, 1992.